



CAMPINA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS
CENTRAL DE COMPRAS – CDC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.16.01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 827/2025

UASG 981981

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS
CENTRAL DE COMPRAS – CDC

OBJETO

O objeto da presente licitação é o **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, PARA PROCESSAMENTO DE ENXOVAL HOSPITALAR E TECIDOS EM GERAL EM TODAS AS SUAS ETAPAS, COM COMODATO DE ENXOVAL, SOB CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS ADEQUADAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS UNIDADES HOSPITALARES E UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS ANEXOS ASSISTENCIAIS, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 9.003.052,80 (nove milhões, três mil, cinquenta e dois reais e oitenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/06/2026 ÀS 08H30, | www.comprasgovernamentais.gov.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR ITEM.

MODO DE DISPUTA

Aberto e fechado.

MAYARA ALÍCIA FERNANDES SILVA
Pregoeira Oficial



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6E88-6129-0A39-AA67

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAYARA ALÍCIA FERNANDES SILVA (CPF 064.XXX.XXX-66) em 03/06/2026 13:26:58 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/6E88-6129-0A39-AA67>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.16.01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 827/2025

UASG 981981

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, com Sede Av. Jornalista. Assis Chateaubriand, 1376 - Liberdade, Campina Grande - PB, CEP: 58105-420, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, utilizando critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do DECRETO Nº 4.751, DE 18 DE ABRIL DE 2023, Portaria de Penalidades SAD nº 254/2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, PARA PROCESSAMENTO DE ENXOVAL HOSPITALAR E TECIDOS EM GERAL EM TODAS AS SUAS ETAPAS, COM COMODATO DE ENXOVAL, SOB CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS ADEQUADAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS UNIDADES HOSPITALARES E UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS ANEXOS ASSISTENCIAIS, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O valor total estimado para esta licitação é de **R\$ 9.003.052,80 (nove milhões, três mil, cinquenta e dois reais e oitenta centavos)**, conforme detalhamento constante da planilha orçamentária.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do artigo 4.º da Lei n.º 14.133/2021.

2.5.1. Os benefícios dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006 não incidem no presente certame, em razão do valor estimado da contratação, preservando-se tão somente as prerrogativas não sujeitas ao limite de valor.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou responsável técnico, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.3.1. A vedação à participação de consórcios justifica-se pelo fato de que a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUO DE LAVANDERIA HOSPITALAR**, não apresenta complexidade que demande a atuação conjunta de empresas para viabilizar a execução do contrato. Ao contrário, a natureza do objeto requer gerenciamento integrado, manutenção permanente e operação ininterrupta, atividades que não admitem a fragmentação de responsabilidades típica de consórcios, sob pena de comprometer a continuidade dos serviços.

2.6.3.2. Ademais, destaca-se que o mercado conta com empresas individualmente aptas à plena execução contratual, razão pela qual a vedação não reduz a competitividade. A medida, portanto, preserva os princípios da eficiência administrativa, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com o interesse público e com a boa gestão do contrato.

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante preencherá a proposta no sistema eletrônico, nos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item

4.1.2. Marca (se houver);

4.1.3. Fabricante (se houver);

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido

processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado aberto e fechado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.24. Após a utilização de todos os critérios de desempate estipulados no artigo 60 da Lei 14.133/21 e subitens anteriores, persistindo o empate, será realizado **SORTEIO** entre as licitantes, através da extração do prêmio da Loteria Federal.

5.24.1. Será considerada, para fins de desempate, a primeira extração da Loteria Federal que ocorrer após a definição do empate.

5.24.2. O sorteio levará em consideração os últimos dois números da extração do prêmio da Loteria Federal e os números referenciais do CNPJ das empresas empatadas, devendo ser observadas as seguintes regras:

5.24.3. As empresas empatadas receberão um número para participar da próxima extração do primeiro prêmio da Loteria Federal.

5.24.4. O dígito verificador do CNPJ de cada empresa será o número, preferencialmente, usado para identificar a empresa no sorteio, conforme exemplo.

XX.XXX.XXX/0001-XX

5.24.5. Se houver coincidência entre os dígitos verificadores das empresas, serão usados os dois últimos dígitos da raiz do CNPJ, e assim por diante, conforme exemplo.

XX.XXX.XXX/0001-XX

5.24.6. A classificação será feita pela aproximação ao número sorteado, da seguinte forma:

5.24.7. Os primeiros da lista de classificação serão os números abaixo do sorteado considerados em ordem decrescente, do maior para o menor.

5.24.8. Complementam a lista de verificação os números acima do sorteado considerados em ordem crescente, do menor para o maior.

5.24.9. O vencedor será o número que estiver em primeiro na lista de classificação.

5.24.10. Os demais integrantes da lista de classificação assumirão os respectivos lugares e serão consideradas na ordem de preferência caso seja necessário.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0> :).

6.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d”, acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de

janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme subitem 4.8. do termo de referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64:

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nos sítios eletrônicos: pregoes@campinagrande.pb.gov.br ou cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. As sanções de que trata este Edital são aquelas descritas nos artigos 155 a 163, da LEI Nº. 14.133/2021, bem como na forma prevista na PORTARIA DE PENALIDADES SAD Nº 254/2024, a qual encontra-se acessível através do link [cdc.campinagrande.de].

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios:* pregoes@campinagrande.pb.gov.br ou cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir de sua convocação formal.

11.7.1. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado pelo licitante vencedor durante o transcurso do prazo inicial e acompanhado de justificativa devidamente aceita pela Administração.

- 11.7.2.** Caso o convocado, de forma injustificada, deixe de assinar o contrato ou de aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/21.
- 11.7.3.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste edital e à imediata perda da garantia de proposta, em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º, Lei 14.133/21).
- 11.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.11.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou através dos e-mails: pregoes@campinagrande.pb.gov.br ou cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br
- 11.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.12.1.** ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- 11.12.1.1.** APÊNDICE I – LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES HOSPITALARES;
- 11.12.1.2.** APÊNDICE II – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS;
- 11.12.1.3.** APÊNDICE III - ESPECIFICAÇÕES DO ENXOVAL E ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS PARA PROCESSAMENTO;
- 11.12.1.4.** APÊNDICE IV - EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATANTE;
- 11.12.1.5.** APÊNDICE V - EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DA LAVANDERIA HOSPITALAR;
- 11.12.1.6.** APÊNDICE VI - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR);
- 11.12.1.7.** APÊNDICE VII – GERENCIAMENTO DE RISCO.
- 11.12.2.** ANEXO II – PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS;
- 11.12.3.** ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

11.12.4. ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO.

Campina Grande/PB, data da assinatura eletrônica.

GUSTAVO HENRIQUE ALMEIDA PONTES BRAGA

Secretário de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.16.01/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

(Processo Administrativo nº 827/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente termo tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, PARA PROCESSAMENTO DE ENXOVAL HOSPITALAR E TECIDOS EM GERAL EM TODAS AS SUAS ETAPAS, COM COMODATO DE ENXOVAL, SOB CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS ADEQUADAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS UNIDADES HOSPITALARES E UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS ANEXOS ASSISTENCIAIS, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Planilha de quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT / MENSAL	QUANT / ANUAL	VALOR UNITÁRIO / MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	<p>SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL MUNICIPAL PEDRO I. COM OS DEVERES DE FAZER:</p> <p>LAVAR O ENXOVAL DAS UNIDADES DE SAÚDE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • HOSPITAL DR. EDGLEY • HOSPITAL ISEA • HOSPITAL PEDRO I • HOSPITAL DA CRIANÇA • UPA ALTO BRANCO • UPA DINAMÉRICA <p>• LAVAR O ENXOVAL COM DESINFECÇÃO, ALVEJAMENTO E AMACIAMENTO.</p> <p>• PASSAR E EMBALAR OS ENXOVAIS</p> <p>• REPOSIÇÃO DE ENXOVAL;</p> <p>• COLETAR, TRANSPORTAR E DEVOLVER OS ENXOVAIS;</p> <p>• A EMPRESA GANHADORA DEVERÁ REALIZAR O TRANSPORTE DOS ENXOVAIS EM CARRO TIPO CARGO, FURGÃO OU SIMILAR COM MOTORISTAS (CONTENDO ESPECIFICAÇÕES NO CARRO DE TRANSPORTES, TAIS COMO, MATERIAL</p>	KG	90.720	1.088.640	R\$ 8,27	R\$ 9.003.052,80

<p>CONTAMINADO E MATERIAL ESTERILIZADO), CUJA MANUTENÇÃO, COMBUSTÍVEL E SEGURO SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA;</p> <ul style="list-style-type: none"> A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO DE LAVAGEM, INCLUINDO COLETA, TRANSPORTE, SEPARAÇÃO DA ROUPA SUJA, LAVAGEM, SECAGEM, EMBALAGEM, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO. 						
--	--	--	--	--	--	--

1.3. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como **serviço comum**.

1.3.1 O objeto deste processo trata-se da prestação de serviço de lavagem de enxoval hospitalar, compreendendo as etapas de coleta, lavagem, secagem e devolução para uso nos hospitais, observando-se os procedimentos adequados para eliminação de agentes contaminantes e garantia das condições sanitárias;

1.3.2 Conforme a Lei nº 14.133/2021, considera-se serviço comum aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado;

1.3.3 Trata-se de serviço operacional repetitivo e previsíveis sem demandar soluções técnicas complexas;

1.3.4 Justifica-se o enquadramento da contratação como serviço comum, tendo em vista a padronização do objeto, a possibilidade de especificação objetiva e a ampla oferta no mercado.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 01 (um) ano, contado da assinatura do contrato, com a possibilidade de ser prorrogado sucessivamente, desde que observados os requisitos legais, até o limite máximo de 10 (dez) anos, que compreende o prazo inicial acrescido das eventuais prorrogações, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que:

1.5.1 O serviço de lavanderia hospitalar é atividade essencial e permanente para a manutenção das condições de higiene, biossegurança e controle de infecções nas unidades hospitalares, sendo utilizado de forma diária e ininterrupta, sem possibilidade de paralisação, sob pena de comprometimento da assistência à saúde prestada aos usuários e das condições de trabalho dos profissionais de saúde.;

1.5.2 A presente contratação é realizada anualmente, conforme o planejamento estabelecido, garantindo o serviço diário nos hospitais;

1.5.3 A contratação do serviço de forma continuada evita a realizações de sucessivas licitações, otimizando os recursos públicos e reduzindo os custos administrativos.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO

- 2.1. A presente contratação é fundamentada com base no art. 28, inciso I da lei 14.133/2021, na modalidade pregão eletrônico.
- 2.2. Registra-se que o Município de Campina Grande ainda não dispõe de Plano Anual de Contratações para o exercício corrente, encontrando-se, contudo, em fase de elaboração, nos termos do art. 10, § 1º, do Decreto Municipal nº 4.751/2023, o qual estabelece o prazo máximo de dois anos, a contar de sua publicação, para a sua finalização e implementação.
- 2.3. Não obstante, informa-se que o Plano Anual de Contratações encontra-se em fase final de elaboração no âmbito da Secretaria de Saúde, com as providências necessárias para sua consolidação e futura implementação em curso. Ressalta-se, ainda, que a presente contratação encontra-se devidamente prevista no respectivo Plano em elaboração, estando alinhada às necessidades previamente mapeadas pelos órgãos competentes.
- 2.4. Dessa forma, embora o PCA ainda não esteja formalmente instituído, restam demonstradas tanto a adoção de medidas para sua implantação quanto a compatibilidade do presente processo com o planejamento anual das contratações, preservando-se os princípios do planejamento, da eficiência e da continuidade do serviço lavanderia hospitalar para o município de Campina Grande - PB.

Descrição Da Necessidade Da Contratação

- 2.5. O propósito da presente contratação consiste em assegurar a adequada higienização, processamento e disponibilização contínua de roupas hospitalares e enxoval em condições ideais de uso, como medida essencial para a prevenção e o controle de infecções relacionadas à assistência à saúde, a proteção de pacientes e profissionais, bem como a manutenção da regularidade e segurança das atividades assistenciais desenvolvidas nas unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde. O serviço de lavanderia hospitalar configura-se, assim, como atividade-meio indispensável ao funcionamento eficiente, seguro e humanizado da rede municipal de saúde.
- 2.6. A lavandeira hospitalar é um dos setores de maior importância no funcionamento dos hospitais, tendo como objetivo principal processar toda a roupa suja e/ou contaminada e transformá-la em roupa limpa tornando-a disponível para o uso. Este processo é extremamente importante para o bom funcionamento do hospital em relação à assistência direta ou indireta prestada ao paciente e aos profissionais, pois proporciona conforto, humanização e evita o “risco” referente à atividade desenvolvida. A prestação de serviços de lavanderia hospitalar deve seguir as “Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde”, estabelecida na Resolução – RDC nº 06, de 30 de janeiro de 2012.
- 2.7. Outrossim, visa garantir o atendimento assistencial realizado nos diversos setores de internação das unidades hospitalares e clínicas da Secretaria Municipal de Campina Grande, dentro dos padrões de qualidade almejados e das normas de segurança pertinentes tanto para os pacientes como para os profissionais de saúde.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para que a contratação se torne eficiente é necessário que a empresa contratada cumpra com as exigências previstas no art. 62 da Lei Federal 14.133/2021 (habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira).

3.2. A contratação dos serviços de lavanderia hospitalar deverá observar os seguintes requisitos:

Natureza dos Serviços

3.3. Os serviços possuem natureza continuada, sendo indispensáveis para o atendimento das necessidades permanentes das unidades hospitalares municipais. A prestação dos serviços deve ocorrer de forma ininterrupta, garantindo a higienização adequada dos enxovais hospitalares, conforme os padrões estabelecidos.

Locais e horários dos serviços

3.4. O serviço de lavanderia será executado nas dependências do Hospital Pedro I (Av. Dom Pedro I, 605, São José, Campina Grande- PB, 58.400-414)

3.5. Os serviços deverão ser realizados 24h por dia.

3.6. Os enxovais deverão ser recolhidos, processados e distribuídos nas unidades de saúde geridas pela secretaria de saúde.

3.7. Considerando que os serviços deverão ser executados nas dependências do Hospital Pedro I, a empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, instalar-se no local, sendo integralmente responsável pelo fornecimento de todo o enxoval e dos equipamentos necessários ao pleno funcionamento da lavanderia hospitalar dispostos nos **Anexos III e V**.

3.7.1 Existem equipamentos atualmente disponíveis no local da prestação dos serviços, relacionados no **Anexo IV**, os quais poderão ser utilizados pela empresa vencedora, mediante aceite e responsabilidade por sua correta operação, conservação e manutenção durante a vigência contratual.

3.7.2 Todos os equipamentos não disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde deverão ser fornecidos, instalados, operados e mantidos pela empresa vencedora, no local da execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

3.7.2.1. Os equipamentos fornecidos pela empresa vencedora permanecerão sob sua exclusiva propriedade, sendo disponibilizados à Secretaria Municipal de Saúde apenas a título de **comodato**, enquanto durar a vigência do contrato, não gerando à Administração qualquer direito de posse ou incorporação ao patrimônio público.

3.8. Todos os equipamentos, independentemente de terem sido disponibilizados ou não pela Secretaria de Saúde, deverão receber as devidas manutenções, sejam elas preventivas ou corretivas, sem qualquer ônus para o órgão contratante.

Enxoval

3.9. A Secretaria Municipal de Saúde dispõe de quantitativo próprio de enxovais hospitalares, conforme descritivos, tamanhos e quantidades constantes no quadro do ANEXO III, os quais serão utilizados como **enxoval inicial** para início da execução contratual.

3.9.1 Durante toda a vigência do contrato, caberá à **CONTRATADA** assegurar o **fornecimento contínuo, reposição e complementação** dos enxovais hospitalares necessários à plena execução dos serviços, responsabilizando-se pelo processamento, higienização, coleta, entrega e substituição das peças que apresentem desgaste, avarias ou perda de condições de uso.

3.9.2 Ao término da vigência contratual, independentemente do motivo, deverá permanecer à disposição da Secretaria Municipal de Saúde o **quantitativo de enxovais hospitalares em condições de uso compatível com aquele exigido para a continuidade do serviço**, não podendo a CONTRATADA retirar, reduzir ou comprometer o estoque necessário ao funcionamento regular das unidades de saúde.

3.9.3 O enxoval existente ao final do contrato passará a integrar o patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, a fim de garantir a **continuidade do serviço público** e evitar desassistência após o encerramento contratual.

Sustentabilidade

3.10. É responsabilidade da Contratada, no ato da prestação de serviços, realizar no mínimo as ações de sustentabilidade ambiental previstas neste termo, de modo que promovam:

3.10.1 Reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados;

3.10.2 Otimização na utilização de recursos e na redução de desperdícios e da poluição, notadamente, quanto ao uso de substâncias tóxicas ou poluentes;

3.10.3 Prever a destinação ambiental adequada dos bens usados ou inservíveis, através do desenvolvimento ou adoção de manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como os produtos utilizados na lavagem e desinfecção de roupas.

3.10.4 Adoção de medidas para evitar o desperdício de água e energia;

3.10.5 Cuidados nas lavagens para que ocorra com o uso da água não contaminada ou com a presença de metais pesados ou agentes bacteriológicos que possam vir causar danos ao meio ambiente e aos equipamentos da CONTRATANTE;

3.10.6 Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

3.10.7 É responsabilidade da Contratada a destinação de todos os resíduos gerados durante o processamento de roupas;

3.10.8 Fica a cargo da empresa contratada para o serviço de lavanderia a retirada dos resíduos sólidos gerados no processo de lavagem das roupas;

3.10.9 O procedimento de recolhimento dos resíduos gerados no processo de lavanderia hospitalar deve sempre contemplar as etapas de tratamento e disposição final, sempre

obedecendo às normas da ABNT, do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) da Unidade e legislação vigente;

3.10.10 As peças de roupas, antes de serem descartadas, deverão passar pelo processo de lavagem para, só então, serem encaminhadas para descarte, ambientalmente, adequado.

3.11. RECOMENDAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS:

3.11.1 Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus profissionais para redução de consumo de energia elétrica e de água, e para redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

3.11.2 Uso Racional da Água: A Contratada terá que capacitar parte do seu pessoal quanto ao uso da água. Os conceitos deverão ser repassados para a equipe por meio de multiplicadores.

3.11.3 Uso Racional de Energia Elétrica: A Contratada deve manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo; A Contratada deve verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos, sistema de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas; A Contratada deve realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos aparelhos e equipamentos elétricos.

3.11.4 Redução de Produção de Resíduos Sólidos: Promover a implantação de Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos; A Contratada deve colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante;

3.11.5 No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá observar as seguintes regras:

3.11.5.1. Materiais não recicláveis são todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e são denominados “rejeitos”, como lixo de banheiro (papel higiênico e lenço de papel), cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares, trapos e roupas sujas, toco de cigarro, cinza e ciscos (segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada), acrílico, lâmpadas fluorescentes (acondicionadas em separado), papéis plastificados, metalizados ou parafinados, papel carbono e fotografias, fitas e etiquetas adesivas, copos descartáveis de papel, espelhos, vidros planos e cristais, e pilhas (acondicionadas em separado e enviadas para o fabricante);

3.11.5.2. Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores: VERDE para vidro, AZUL para papel, AMARELO para metal, VERMELHO para plástico e BRANCO para lixo não reciclável. Os recipientes deverão ser disponibilizados pelo Contratante e todo o material coletado deverá ter destinação em conformidade com a legislação em vigor.

3.11.5.3. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos de lavagem e de higienização; utilizar racionalmente os produtos adotados, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade e ausência de corantes; manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas; recomenda-se que a Contratada utilize produtos detergentes de baixa concentração e baixo teor de fosfato.

3.11.5.4. Para os equipamentos utilizados que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel (Db-A), conforme Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído

3.12. Além dos critérios de sustentabilidade descritos, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.12.1 Utilização de produtos biodegradáveis ou com certificação ambiental nos processos de lavagem;

3.12.2 Adoção de medidas para a redução do consumo de água e energia, observando práticas recomendadas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

3.12.3 Tratamento e destinação adequada dos resíduos sólidos gerados, conforme as normas ambientais aplicáveis.

Subcontratação

3.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.13.1 Visando a necessidade de manter a qualidade, segurança e a eficiência do serviço de lavanderia hospitalar, a subcontratação não é recomendada, devido a:

3.13.1.1. O serviço de lavanderia será realizado nas dependências do hospital, o que exige um controle rigoroso das operações, garantindo a higienização adequada de roupas e enxovais hospitalares. A subcontratação poderia comprometer esse controle, afetando a qualidade do serviço e colocando em risco a segurança dos pacientes e profissionais de saúde;

3.13.1.2. Evitar conflitos operacionais e garantir a continuidade do serviço, é fundamental que a prestação seja feita por uma única empresa. A divisão do serviço entre diferentes empresas poderia gerar incompatibilidades na execução, atrasos e dependência entre contratadas, prejudicando o fluxo de trabalho e a eficiência do atendimento hospitalar

Garantia da contratação

3.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

3.14.1 Nos termos dos artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual constitui faculdade da Administração, devendo ser avaliada à luz do risco envolvido, da natureza do objeto e da proporcionalidade da medida. No presente caso, a Administração opta, de forma motivada, por não exigir garantia da contratação, considerando os seguintes fundamentos técnicos, jurídicos e administrativos.

3.14.2 O objeto contratual refere-se à prestação de serviços contínuos de lavanderia hospitalar, atividade rotineira, amplamente ofertada no mercado, cujo risco de inadimplemento é mitigado pela própria estrutura da contratação, caracterizada por pagamentos periódicos condicionados à efetiva prestação dos serviços e à aferição de desempenho por meio de Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

3.14.3 Ademais, a execução contratual será acompanhada de forma contínua pela Administração, com fiscalização permanente quanto à qualidade, regularidade e conformidade dos serviços prestados, o que reduz significativamente a necessidade de garantia adicional como mecanismo de mitigação de riscos. Eventuais falhas poderão ser prontamente identificadas e corrigidas, inclusive com a aplicação das sanções administrativas previstas em contrato e na legislação vigente.

3.14.4 Ressalta-se, ainda, que a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, especialmente em contratações de serviços contínuos, elevando custos indiretos que tendem a ser repassados ao preço final, em afronta aos princípios da economicidade, da competitividade e da eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.14.5 Por fim, destaca-se que o contrato não envolve desembolso antecipado relevante, investimentos iniciais significativos por parte da Administração ou riscos financeiros excepcionais que justifiquem a imposição de garantia contratual. Assim, à luz do princípio da proporcionalidade e da discricionariedade técnica conferida à Administração pelos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a não exigência de garantia da contratação mostra-se adequada, razoável e suficiente para resguardar o interesse público, sem prejuízo da segurança da execução contratual.

Vistoria

- 3.15.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços e equipamentos é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 17:00 horas.
- 3.16.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 3.17.** A vistoria deverá ser comunicada, previamente, pela LICITANTE ao Setor da Diretoria da Rede de Urgência e Emergência, pelo e-mail vilmariodavidpb@gmail.com que agendará, em horário comercial, e indicará, se julgar conveniente, o profissional designado para acompanhamento.
- 3.18.** A vistoria poderá ser realizada quantas vezes a LICITANTE julgar necessário para a elaboração de sua proposta.
- 3.19.** Os custos das vistorias correrão por exclusiva conta da LICITANTE.
- 3.20.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 3.21.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 4.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 4.1.1** Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias úteis contados a partir da emissão da ordem de serviço.
- 4.1.2** A instalação dos maquinários necessários ao pleno funcionamento da lavanderia hospitalar deverá ser iniciada a partir da emissão da Ordem de Serviço, devendo todas as instalações estarem integralmente concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da Ordem de Serviço.

Local e horário da prestação dos serviços

- 4.2.** Os serviços serão prestados nas dependências do Hospital Pedro I, localizado rua Dom Pedro I, 605, São José, Campina Grande- PB, CEP: 58.400-414, ou seja, a empresa vencedora deverá se instalar, nas dependências do Hospital mencionado.
- 4.3.** Os serviços serão prestados 24 horas por dia.
- 4.4.** Os horários de trabalho dos funcionários serão definidos pela CONTRATADA.

DO REGIME DE COMODATO DOS EQUIPAMENTOS E DO ENXOVAL

- 4.5.** Os equipamentos, mobiliários operacionais e enxoval fornecidos pela CONTRATADA para execução dos serviços serão disponibilizados em regime de comodato, caracterizado como empréstimo gratuito e vinculado exclusivamente à execução contratual, permanecendo, em regra, sob a propriedade da CONTRATADA. Excepcionalmente, quanto ao enxoval, observar-se-á o disposto no subitem 38 deste termo de referência, no que se refere à sua incorporação ao patrimônio da Administração ao término contratual, não havendo, para os demais equipamentos e bens permanentes fornecidos em comodato, qualquer transferência de propriedade à Administração.
- 4.6.** O regime de comodato possui natureza acessória ao objeto principal da contratação, sendo instrumento necessário à adequada execução dos serviços, não constituindo prestação autônoma nem implicando remuneração específica.
- 4.7.** A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da emissão da Ordem de Serviço, relação detalhada dos bens cedidos em comodato, contendo especificações técnicas, quantitativos, identificação patrimonial ou número de série quando existente, bem como registro do estado de conservação.
- 4.8.** A relação dos bens disponibilizados em comodato integrará o contrato como Anexo de Inventário de Bens, podendo ser atualizada sempre que houver substituição ou complementação devidamente autorizada pela fiscalização contratual.
- 4.9.** Os bens disponibilizados em regime de comodato deverão ser utilizados exclusivamente na execução do objeto contratual, sendo vedada sua utilização para finalidades diversas, bem como sua cessão, transferência, sublocação ou disponibilização a terceiros, além de não poderem ser removidos das dependências da contratante sem prévia autorização formal da fiscalização.
- 4.10.** A manutenção preventiva e corretiva dos bens disponibilizados em comodato será de responsabilidade integral da contratada, incluindo todos os custos com peças, insumos, assistência técnica e mão de obra especializada, devendo eventuais falhas ser sanadas imediatamente, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

- 4.11.** A contratada responderá integralmente pelos riscos relacionados aos bens disponibilizados em comodato, incluindo danos decorrentes de defeitos dos equipamentos, acidentes operacionais causados por falhas técnicas, bem como perdas resultantes de desgaste prematuro, inadequação técnica ou uso inadequado durante a execução contratual.
- 4.12.** A fiscalização contratual poderá, a qualquer tempo, realizar inspeções nos bens disponibilizados em comodato, exigir substituições técnicas, determinar adequações operacionais necessárias e adotar medidas destinadas a assegurar a plena execução contratual.
- 4.13.** Encerrada a vigência contratual, os bens disponibilizados em comodato deverão ser retirados pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, desde que tal retirada não comprometa a continuidade do serviço público, podendo a Administração estabelecer período de transição operacional.
- 4.14.** Fica estabelecido que todos os custos relacionados aos bens disponibilizados em regime de comodato deverão estar incorporados ao valor global da prestação dos serviços, não sendo admitido pagamento específico, cobrança adicional ou qualquer forma de remuneração autônoma pela disponibilização, uso ou depreciação desses bens.

ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

PROCESSAMENTO DO ENXOVAL

- 4.15.** O processamento da roupa hospitalar deverá abranger todas as etapas pelas quais as roupas passam, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, seguindo todas as etapas do processo de higienização das roupas, conforme o padrão estabelecido no Manual de PROCESSAMENTO DE ROUPAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – Prevenção e Controle de Riscos (ANVISA, 2009) e suas atualizações;

4.15.1 Inclui todas as fases do processamento roupas hospitalares, o qual deverá obedecer a todas as recomendações contidas na RDC nº06/2012 da ANVISA.

- 4.16. OS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E PROCESSAMENTO DE ROUPAS serão executados conforme discriminado abaixo:**

4.16.1 O processamento das roupas hospitalares será executado nas instalações do Hospital Pedro I. Endereço constante no subitem 5.3 deste Termo de Referência.

4.16.2 O serviço de processamento da roupa de serviços de saúde é considerado um departamento de apoio que tem como finalidade coletar, pesar, separar, processar, reparar e distribuir roupas em condições de uso, higiene, quantidade, qualidade e conservação a toda unidade do serviço de saúde. Trata-se de uma atividade especializada, que visa garantir o atendimento às demandas assistenciais. Isto em conformidade com o padrão estabelecido no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (2009).

4.16.3 Assim, a prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar (Gestão e Processamento de roupas) envolverá todas as etapas do processo de operacionalização, desde a coleta de roupa suja no até a sua entrega das roupas limpas em condições higiênico-sanitárias adequadas, bem como a realização de reparo e reposição nas peças de enxoval que apresentem defeitos/avarias, conforme descritos abaixo:

- 4.16.3.1.** Processamento de Enxoval higienizado, em quantidade necessária e compatíveis com a segurança sanitária e logística para a Contratante.
- 4.16.3.2.** Recolhimento do enxoval sujo no abrigo temporário da Contratante destinado para esse fim;
- 4.16.3.3.** Transporte das roupas sujas até a lavanderia;
- 4.16.3.4.** Recebimento, separação e classificação da roupa suja na lavanderia;
- 4.16.3.5.** Lavagem da roupa suja, pré-secagem, secagem, calandragem, separação das roupas limpas;
- 4.16.3.6.** Separação e embalagem da roupa limpa por tipo de item de forma a não haver contaminação no transporte;
- 4.16.3.7.** Transporte das roupas limpas da lavanderia até as rouparias das unidades;
- 4.16.3.8.** Entrega das roupas limpas separadas por tipo de peça em quantidade e qualidade conforme as rotinas e horários a serem estabelecidos no Termo de Referência;
- 4.16.3.9.** Acompanhamento da pesagem da roupa limpa entregue na Rouparia da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
- 4.16.3.10.** Para a efetiva execução do **objeto**, a Contratada deverá instalar nas dependências da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (local da prestação do serviço), munido de todos o enxoval necessário (ANEXO III) para o pleno funcionamento da lavanderia.
- 4.16.3.11.** Realizar conserto/reparo dos itens de enxoval, quando apresentem defeitos/avarias, com emprego de técnicas permitidas pela vigilância sanitária e demais órgãos competentes;
- 4.16.3.12.** Atender níveis de qualidade dos serviços prestados de acordo com Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para os componentes do serviço de processamento de enxoval, conforme modelo a ser elaborado e disponibilizado no Termo de Referência.
- 4.16.3.13.** A entrega das peças de enxoval deverá ser conforme às quantidades exigidas de forma a atender as necessidades da Contratante e em ideais condições de uso.

4.17. COLETA DA ROUPA SUJA NAS ROUPARIAS/ÁREA SUJA DAS UNIDADES:

- 4.17.1** A CONTRATADA realizar diariamente a coleta de roupa suja nas dependências das unidades de saúde da Contratante, conforme ANEXO I;
- 4.17.2** A Coleta das roupas sujas devem ser realizadas até as 12 horas, com tolerância máxima de 2 horas de forma a garantir a lavagem das roupas sujas em tempo hábil para a reposição de roupas limpas necessárias para demanda assistencial do SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inclusive aos domingos e feriados.

4.17.3 A CONTRATANTE deverá manter as roupas sujas acondicionadas em sacos hamper descartáveis e resistentes em área destinada para esse fim até o momento do recolhimento das mesmas pela CONTRATADA;

4.17.4 A coleta será feita nas unidades assistenciais da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por profissionais da CONTRATANTE.

4.17.5 As roupas coletadas nas unidades assistenciais, serão acondicionadas temporariamente no setor de roupas sujas até serem recolhidas pela CONTRATADA e seguirem as orientações do Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da ANVISA (2009).

4.17.6 A coleta será feita com a utilização de carrinhos tipo contêiner com tampa, laváveis, com dreno para eliminação de líquidos e devidamente identificados, os quais NÃO devem servir à distribuição de roupas limpas.

4.17.7 As roupas retiradas diariamente deverão ser devidamente acondicionadas conforme as normas de biossegurança, sob supervisão da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).

4.17.8 A coleta será feita na rouparia central/área suja da CONTRATANTE por funcionários da CONTRATADA devidamente treinados, uniformizados, e equipados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIS's) adequados, fornecidos pela CONTRATADA.

4.18. PESAGEM DA ROUPA SUJA:

4.18.1 O controle da roupa suja será efetuado pelo Fiscal Técnico do Contrato e/ou por profissional designado pela CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA. A roupa deverá ser pesada pela CONTRATADA na presença do profissional da CONTRATANTE.

4.18.2 No expurgo central da unidade hospitalar, a roupa suja deverá ser pesada e contabilizada pela CONTRATADA, antes do carregamento dos veículos de transporte, devendo tal procedimento ser acompanhado por representante da CONTRATANTE.

4.18.3 Deverá ser elaborado pela CONTRATANTE e CONTRATADA um relatório diário, informando o número de sacos recolhidos, os respectivos pesos, assim como o peso total da roupa retirada no dia, em kg, e a anotação das ocorrências, se houver. Esse relatório deverá ser aprovado pelo profissional da CONTRATANTE.

4.18.4 O relatório citado deverá ser emitido em 2 (duas) vias datadas, conferidas e assinadas pelos responsáveis da Contratada e da Contratante, devendo uma delas ficar com o responsável da Contratante.

4.18.5 O Peso de Roupa Suja, servirá para dimensionar o quantitativo de roupas limpas a serem entregues no dia seguinte pela CONTRATADA, ao qual o peso da roupa limpa não deve divergir em mais de 10% da roupa suja enviada no dia anterior. Caso exista diferença entre a quantidade de roupas apurada pelo Contratante e pela Contratada, utilizar-se-á, para efeitos de medição prevista no IMR, aquela apurada pelo Contratante.

4.19. TRANSPORTE DE ROUPAS SUJAS:

- 4.19.1** O transporte da roupa suja deverá ser feito por meio da “rota de roupa suja”, garantindo que em hipótese alguma haja cruzamento entre roupa limpa e roupa suja.
- 4.19.2** As roupas sujas deverão ser transportadas pela CONTRATADA, em veículo exclusivo ou com compartimento exclusivo para roupas sujas, com a capacidade devida para o transporte, conforme horários estabelecidos.
- 4.19.3** As gaiolas utilizadas para o transporte de roupa suja para a unidade de processamento externo ao serviço de saúde devem passar por processo de limpeza com água, sabão ou detergente e desinfecção diariamente.
- 4.19.4** Sempre que houver extravasamento de matéria orgânica nas superfícies do veículo de transporte e gaiolas, recomenda-se imediatamente retirar o excesso com papel ou material absorvente e em seguida realizar a limpeza e desinfecção da superfície.
- 4.19.5** A CONTRATADA deve apresentar a CONTRATANTE, Procedimento Operacional Padrão de limpeza e desinfecção dos veículos de transporte de roupas e das gaiolas.
- 4.19.6** O veículo passará por inspeção periodicamente e sempre que necessário. Caso o veículo não possua condições mínimas de segurança, a CONTRATADA deverá substituir imediatamente o veículo, estando passível de sanções.

4.20. RECEBIMENTO, SEPARAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA ROUPA SUJA:

- 4.20.1** O recebimento e o acondicionamento da roupa suja na lavanderia devem obedecer aos procedimentos constantes no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da ANVISA (2009). A roupa suja deverá ser separada seguindo critérios e técnicas estabelecidos de acordo com tipo de tecido, coloração da roupa, tipo de fibra e tipo de sujidade.
- 4.20.2** O profissional que executa a separação da roupa deve usar os EPI's conforme determina o Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da ANVISA (2009);
- 4.20.2.1.** Os EPI's a serem utilizados pelos empregados da empresa contratada devem possuir o devido certificado de aprovação.
- 4.20.3** Para diminuir a contaminação dos profissionais e do ar, a roupa suja deve ser manuseada com o mínimo de agitação possível. Além disso, para evitar acidentes com objetos perfurocortantes inadvertidamente coletados, é recomendável puxar as roupas pelas pontas, cuidadosamente, sem apertar nem recolher várias peças de uma só vez.
- 4.20.4** Essa área deve ser provida de um recipiente rígido, resistente à ação de punctura, com tampa vedante, para o descarte de material perfurocortante, e outro recipiente com capacidade de contenção de líquidos e que seja resistente à ruptura, para o descarte de material infectante, como peças anatômicas que porventura sejam encontradas junto com a roupa suja.
- 4.20.5** Localizar e retirar objetos estranhos que possam estar junto com a roupa, segregar o material, acondicionar em recipiente próprio com rótulo contendo identificação do material e do serviço de saúde gerador, e encaminhar os materiais para a unidade de origem para que seja feita a segregação e o acondicionamento do resíduo de acordo com a classificação.

4.20.6 Para a prevenção de infecções, recomenda-se que a higienização das mãos seja realizada frequentemente.

4.20.7 O peso considerado para a emissão de Nota Fiscal da prestação do serviço é o peso da roupa processada (limpa). A anotação das pesagens deverá ser registrada no mapa de controle diário de roupas sujas, processadas pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA.

4.21. LAVAGEM DA ROUPA SUJA:

4.21.1 A empresa deverá utilizar, para a execução dos serviços, os insumos químicos exigidos:

4.21.1.1. Detergente líquido para pré-lavagem e lavagem de roupas hospitalar, com notificação na ANVISA.

4.21.1.2. Alvejante desinfetante clorado para lavanderia hospitalar com teor mínimo de 6% de hipoclorito de sódio, registrado na ANVISA risco II, em acordo com a RDC – 14.

4.21.1.3. Ativador alcalino líquido a base de hidróxido de sódio, com registro na ANVISA risco II.

4.21.1.4. Neutralizante de alcalinizantes a base de metabissulfito de sódio, devidamente notificado na ANVISA.

4.21.1.5. Amaciante para lavanderia hospitalar a base de quaternário de amônia, devidamente notificado na ANVISA.

4.21.1.6. Desinfetante hospitalar para áreas semicríticas a base de cloreto de benzalcônio com no mínimo 6%, peróxido de hidrogênio com no mínimo 6% e biguanida com no mínimo 1%. produto com a RDC-14, risco II de acordo com ANVISA.

4.21.2 A CONTRATADA deverá utilizar o processo preconizado no Manual PROCESSAMENTO DE ROUPAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – Prevenção e Controle de Riscos (ANVISA, 2009) e suas atualizações, e a RDC nº6/2012 — ANVISA, em consonância com o fabricante do produto.

4.21.3 As dosagens dos produtos a serem utilizados deverão seguir rigorosamente as instruções do fabricante, visando à garantia do serviço executado, e deverão ocorrer em dosadores automatizados respeitando-se o grau de sujidade das roupas.

4.21.4 Os custos advindos do consumo de produtos químicos e demais insumos do processo de lavagem são de responsabilidade da Contratada, exceto os advindos do consumo de água e energia em geral na hipótese de contratação da modalidade que envolve a prestação dos serviços nas dependências da Unidade Contratante.

4.21.5 Para os produtos químicos a serem empregados nos processamentos, suas propriedades e composição química deverão ser comprovadas mediante apresentação de documentação que as demonstre, juntamente com a comprovação de registro dos produtos na ANVISA. A qualidade do produto deverá manter o padrão de cor ou de brancura, tendo em vista que a resistência dos tecidos será testada a cada 60 (sessenta) dias. Os laudos com os resultados dos testes de durabilidade dos tecidos deverão ser entregues ao Contratante semestralmente.

4.21.6 A Contratada deverá apresentar separadamente as formulações do processo de lavagem, descrevendo a operação de dosagem dos produtos, o tempo de lavagem, a temperatura da água e os procedimentos a serem realizados para sujeira pesada (sangue, fezes, vômitos e outras sujidades proteicas) e para sujeira leve (sem presença de fluidos corpóreos, sangue ou produtos químicos):

4.21.7 Um ciclo completo de lavagem de roupa com sujeira pesada deve incluir umectação, enxágue inicial, pré-lavagem, lavagem, alvejamento, enxágues, acidulação e amaciamento; e

4.21.8 A roupa com sujeira leve está liberada das primeiras etapas do processamento, quais sejam, umectação, primeiros enxágues e pré-lavagem, sendo seu ciclo iniciado já na etapa de lavagem.

4.21.9 Toda a roupa que possuir qualidade insatisfatória deverá retornar para a contratada e deverá ser separada, pesada e identificada como relave, a qual deverá passar por novo processamento de lavagem, sendo embalada, identificada e retornada à unidade de origem, separadamente das demais peças. Nesses casos não poderá ser contabilizada na pesagem para não haver duplicidade de cobrança.

4.21.10 O índice de relave aceitável será de no máximo 3% ao mês, cabendo a aplicabilidade de sanções administrativas concernentes nos casos de não observação quanto ao índice estipulado.

4.22. TRIAGEM E CENTRIFUGAÇÃO:

4.22.1 A pré-secagem se dará com extratores centrífugos que extrairão a água de lavagem residual. Estes maquinários serão dispensados sempre que o sistema de lavagem for efetuado por meio de lavadora extratora

4.23. SELEÇÃO E SEPARAÇÃO DA ROUPA LIMPA:

4.23.1 Toda a roupa limpa deverá ser separada por tipo e por tamanho. As roupas que apresentarem grau de limpeza insatisfatório deverão retomar a área suja para reprocessamento.

4.24. SECAGEM:

4.24.1 As roupas que passarão pelo processo de secagem deverão ser selecionadas conforme tipo têxtil a fim de que seja obedecido o tempo conforme o tipo de fibra.

4.24.2 As roupas que não serão passadas na calandra deverão ser encaminhadas aos secadores, onde serão secadas conforme o tipo têxtil.

4.24.3 Recomenda-se a utilização de estrados na área de alimentação da calandra, evitando, assim, que as peças entrem em contato com o piso e sejam contaminadas.

4.24.4 A CONTRATADA deverá apresentar sua metodologia de execução sempre atualizada e modernizada para análise do CONTRATANTE a cada 6 (seis) meses.

4.25. DOBRAGEM E SEPARAÇÃO DE ROUPAS PARA REPAROS:

4.25.1 As roupas dobradas deverão ser encaminhadas para a área de destinação. As roupas que precisam de reparos deverão ser segregadas, registradas em formulário próprio e devolvidas a CONTRATADA para apreciação, sendo de responsabilidade da CONTRATANTE a verificação para solicitação de reparo ou providenciar a substituição.

- 4.25.2** As peças danificadas ou desgastadas, mas ainda dentro do padrão de aceitabilidade definido pelo CONTRATANTE, serão reparadas por costureiras da CONTRATADA.
- 4.25.3** As peças que não se apresentarem de acordo com os padrões aceitos pelo Contratante deverão ser separadas e devolvidas para a Setor de Hotelaria Hospitalar da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ou departamento responsável do Contratante, constando discriminação, quantidade e justificativa.
- 4.25.4** É imprescindível que todas as peças submetidas a reparos sejam enviadas para um novo processo de lavagem antes de serem disponibilizadas para as Unidades Hospitalares.
- 4.25.5** A mesma regra deve ser aplicada para peças recém-compradas ou confeccionadas na área de costura da Contratante.

4.26. SEPARAÇÃO E EMBALAGEM DAS ROUPAS LIMPAS:

- 4.26.1** Finalizado o processamento das roupas, estas deverão ser acondicionadas por TAMANHO e por TIPO em embalagens de plástico transparente e nos carros tipo gaiola de estrutura metálica, devidamente protegidos, para posterior envio as unidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
- 4.26.2** Todo processamento deverá seguir, rigorosamente, as recomendações contidas no Manual de Processamento de roupas de serviços de Saúde - ANVISA, e neste caso à exceção da embalagem das roupas por meio de saco hamper de tecido;
- 4.26.3** As peças de unidades que contenham conjuntos deverão ser entregues agrupadas, a exemplo dos conjuntos privativos e pijamas. Os demais itens devem ser entregues embalados por tipo de item, conforme determinação do Contratante;
- 4.26.4** Os custos com embalagens para transporte das roupas limpas são de responsabilidade da Contratada e as embalagens que vierem envolvendo as roupas devem ser pesadas e descontadas do total de peso de roupas limpas.

4.27. TRANSPORTE E ENTREGA DA ROUPA LIMPA À ROUPARIA DAS UNIDADES:

- 4.27.1** O enxoval limpo deverá ser transportado do local de processamento até as dependências das unidades demandantes, **em veículo exclusivo ou com compartimento exclusivo para roupas limpas.**
- 4.27.2** É de responsabilidade da CONTRATADA realizar o transporte de roupas limpas e entregar na rouparia central da CONTRATANTE;
- 4.27.3** A CONTRATADA realizar diariamente a entrega de roupa limpa nas dependências da CONTRATANTE;
- 4.27.4** O tempo entre a retirada e a devolução da roupa não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas. Desta forma as roupas limpas devem ser entregues na rouparia central da contratante até as 12 (doze) horas, com tolerância máxima de atraso de 2 (duas) horas de forma a garantir o abastecimento e manutenção das roupas limpas necessárias para a demanda assistencial da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inclusive aos domingos e feriados;
- 4.27.5** A roupa processada deve ser entregue junto à rouparia da unidade, embaladas em sacos de plástico transparente e separada por tipos de peças e natureza de uso, de acordo com as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
- 4.27.6** A CONTRATADA tem a obrigação de manter o veículo em bom estado e realizar manutenção preventiva e corretiva que se julgue necessária para o bom funcionamento e prevenção de potenciais acidentes.
- 4.27.7** A CONTRATADA sofrerá sanções administrativas caso ocorra atraso na entrega de roupas limpas e caso aconteçam por falta de manutenção do carro de transporte.

- 4.27.8** A CONTRATADA deve apresentar Procedimento operacional Padrão de limpeza e desinfecção dos veículos utilizados para transporte de roupas limpas a CONTRATANTE.
- 4.27.9** Toda roupa limpa que apresentar qualidade de limpeza insatisfatória deverá ser separada, retornando para a seção de rouparia para que seja feito, pela Contratada, um novo processo de lavagem ou remoção de manchas e desinfecção, ficando isento de nova pesagem e não havendo ônus para o Contratante.

4.28. PESAGEM E CONTAGEM DA ROUPA LIMPA:

- 4.28.1** A roupa limpa deverá ser pesada e contada pela CONTRATADA, tal procedimento deve ser acompanhado e fiscalizado pela CONTRATANTE após o descarregamento dos veículos de transporte;
- 4.28.2** O peso da roupa limpa não deverá ser inferior ao peso do mesmo lote de roupa suja multiplicado por 1 menos o índice de sujidade definido pela Unidade Contratante. Os valores deste índice não devem ultrapassar 10%.
- 4.28.3** O peso/contagem aferidos devem ser registrados em formulário de 02 vias, ficando uma via com a CONTRATANTE e outra com a CONTRATADA, bem como inseridos no sistema de gestão dessas peças.
- 4.28.4** As roupas limpas, quando de sua entrega, deverão vir acompanhadas de relatório contendo uma relação geral, constando no rol da roupa entregue o número total de cada peça/item e o peso da roupa limpa, assim como a anotação de ocorrências, se houver.
- 4.28.5** Os relatórios acima deverão ser emitidos em 2 (duas) vias, datados, conferidos e assinados pelos responsáveis da Contratada e do Contratante, devendo uma delas ficar com o responsável do Contratante.
- 4.28.6** A unidade de medida para mensuração dos resultados dos serviços prestados e pagamento à CONTRATADA será o QUILO DE ROUPA HOSPITALAR PROCESSADA, ou seja, o peso da roupa limpa (processada), a qual está sendo devolvida à CONTRATANTE em ideais condições de uso.
- 4.28.7** As Notas fiscais deverão ser emitidas em conformidade com as quantidades registradas nos formulários, de acordo com o peso das roupas lavadas no mês de faturamento.

4.29. SÃO AINDA ATIVIDADES COMPLEMENTARES E IGUALMENTE NECESSÁRIAS AO SERVIÇO DE LAVANDERIA HOSPITALAR:

- 4.29.1** A CONTRATADA tem a obrigação de preencher qualquer formulário e/ou responder quaisquer pesquisas referentes ao processamento do enxoval, sempre que a CONTRATANTE solicitar essas informações;
- 4.29.2** Faz-se necessário que a CONTRATADA mantenha em seu quadro responsável técnico pelo serviço de processamento de roupas.
- 4.29.3** O enxoval a ser processado é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a quem cabe a composição de peças definidas (kits) para atender à demanda da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, sendo a empresa CONTRATADA, responsável pelo processamento do enxoval.
- 4.29.4** O Controle da quantidade de enxoval circulante será realizado na Rouparia Central da CONTRATADA. Inicialmente será repassado a quantidade a ser enviada para o processamento inicial na lavanderia da CONTRATADA. A quantidade de enxoval circulante total da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, pode ser alterada periodicamente com base no consumo médio de roupas utilizadas. Contudo, deve, prevê-se, manter a seguinte disponibilidade mínima:

Uniformes

4.35. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

4.35.1 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade.

4.35.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

4.35.3 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição no início/finalização do contrato

4.36. Os procedimentos de transição no início/finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

Inventário:

4.36.1 Para fins de inventário, na data do início dos serviços, um profissional da Contratada, em conjunto com um profissional do Contratante, realizará a contagem das roupas entregues para o processamento, conferindo a relação quantitativa e descritiva das roupas hospitalares que serão processadas (conforme modelo apresentado no Quadro 1), para dar início ao controle da evasão e qualidade do processamento das roupas, que será efetuado por meio da realização de inventários semanais realizados pela Contratante.

4.36.2 O inventário será realizado pela CONTRATANTE, que diariamente realizará a contagem das peças limpas enviadas pela CONTRATADA e a contagem de itens no estoque na rouparia central.

4.36.3 A CONTRATADA deverá enviar diariamente a discriminação e o quantitativo dos itens de enxoval limpo que serão fornecidos à CONTRATANTE para monitorar o quantitativo da roupa em circulação e as condições de conservação;

4.36.4 Importante destacar que é impossível estabelecer taxas de EVASÃO, tendo em vista que o enxoval hospitalar será adquirido pela CONTRATADA, nas quantidades estabelecidas pela legislação e determinação da Gerência de Vigilância Sanitária do Município, sendo a mesma responsável pelo controle, cabendo a CONTRATADA, devolver o quantitativo de roupas limpas com base no peso de roupa suja enviado no dia anterior, bem como o rol das peças enviadas diariamente.

4.36.5 As peças que forem extraviadas em posse da contratante serão por estas ressarcidas à empresa contratada.

5 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6. Preposto

6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.2. A Contratada deverá manter prepostos da empresa 24h no local da execução do objeto.

6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.5. A Contratante, para fins de comunicação, solicitações, notificações e quaisquer tratativas relacionadas à execução do objeto contratual, se reportará exclusivamente ao preposto designado pela Contratada, o qual será o responsável por receber, encaminhar e adotar as providências cabíveis, ressalvadas as comunicações formais que devam ser realizadas diretamente à Contratada, nos termos da legislação vigente.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

- 6.11.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
- 6.12.** A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V-B, da IN nº 05/2017, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 6.13.** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.14.** O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.15.** O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 6.16.** A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.17.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.18.** É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.
- 6.19.** O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.20.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)
- 6.21.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)
- 6.22.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.23. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.24. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.25. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.26. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.27. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

Gestor do Contrato

6.28. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.29. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.30. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.31. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.32. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.33. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.34. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V-B, da IN nº 05/2017 ou outro instrumento substituto, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (*trinta*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

- 7.9.1.** o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.9.2.** o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.10.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.11.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.12.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. [\(Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021\)](#)
- 7.13.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.14.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.15.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.16.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.16.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.16.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.22.1. o prazo de validade;

7.22.2. a data da emissão;

7.22.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.22.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.22.5. o valor a pagar; e

7.22.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

Cessão de crédito

7.36. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.37. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.38. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.39. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.40. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.41. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

8.2. A empresa CONTRATADA deverá atender integralmente a todo o serviço de lavanderia hospitalar, abrangendo desde a área de lavagem dos enxovais até o setor de confecção e costura, bem como os serviços de hotelaria de todos os hospitais relacionados no ANEXO I.

8.3. Cabe ainda à empresa garantir a manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos, mantendo-os em pleno funcionamento. Em casos de falhas técnicas ou paralisação prolongada, a CONTRATANTE deverá ser informada imediatamente.

8.3.1. A presente exigência encontra respaldo nos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e segurança hospitalar, previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo essencial para assegurar o adequado funcionamento do setor de lavanderia, o controle de infecções hospitalares, a higiene do ambiente e a segurança dos pacientes e profissionais.

- 8.4.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.5.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.6.** Empregar profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.7.** A empresa observará as normas da Lei nº 13.709/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;
- 8.8.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 8.9.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 8.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 8.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 8.12.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
- 8.13.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja conforme com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.14.** Promover, durante a vigência do contrato, a guarda, manutenção e vigilância de tudo o que for necessário à execução dos serviços (materiais/ferramentas/equipamentos);
- 8.15.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

- 8.16.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.17.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência;
- 8.18.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.19.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 8.20.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
- 8.21.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 8.22.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 8.23.** Desenvolver cronograma com a reposição de itens de enxoval (inclusão de novas peças) e outros materiais;
- 8.24.** Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da IN 5, de 25/05/2017:
- 8.24.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 8.24.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;
- 8.25.** Responsabilizar-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado;
- 8.26.** Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, conforme estabelecido na IN nº 05/2017, ANEXO V, item 2.5, alínea e.
- 8.27.** Promover treinamentos sempre que necessário de seus funcionários com assuntos relacionados a:

- 8.27.1.** Importância da higiene em todo o processo de entrega e coleta de enxoval;
 - 8.27.2.** Tipos e classificação de manchas em tecidos;
 - 8.27.3.** Uso adequado de EPIs, Segurança e Saúde;
 - 8.27.4.** Condutas em ambiente hospitalar;
 - 8.27.5.** Cuidados com o Patrimônio Institucional da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
 - 8.27.6.** Demais assuntos relacionados aos serviços.
- 8.28.** Promover campanhas junto às equipes da Secretaria quanto ao uso consciente e controle de evasão do enxoval hospitalar;
- 8.29.** Apresentar Plano de contingência para coleta e entrega de enxoval em casos fortuitos ou de força maior;
- 8.30.** Apresentar, quando da contratação, alvará sanitário e licença de funcionamento da lavanderia hospitalar, emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pela Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e pela Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;
- 8.31.** O documento deverá explicitar o tipo de serviço atendido e a origem das roupas a serem processadas como “serviços de saúde”;
- 8.32.** Informar mensalmente ao Contratante a quantidade de instrumentos perfurocortantes e outros artigos encaminhados junto com a roupa a ser processada;
- 8.33.** Caberá à Contratada a devolução de roupas e objetos, de propriedade da Unidade Hospitalar ou dos pacientes, que porventura forem misturados à roupa hospitalar. Esses itens deverão ser devolvidos ao serviço de hotelaria por meio de protocolo;
- 8.34.** Deverão ser rigorosamente observados os prazos de execução dos serviços previamente estabelecidos;
- 8.35.** Caberá à Contratada estabelecer um programa de controle das condições de higiene envolvendo processos e produtos como: análise de amostras coletadas das mãos de manipuladores de roupas limpas, superfícies que entram em contato com as roupas limpas durante seu acabamento e análise microbiológica do tecido submetido ao processo de lavagem, apresentando resultados ou laudos ao Contratante;
- 8.36.** É responsabilidade da Contratada observar as considerações gerais e específicas sobre o assunto, conforme descrito no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da ANVISA (2009);
- 8.37.** Submeter à apreciação do Contratante o resultado final do processamento, para avaliação da eficiência e eficácia dos processos utilizados;
- 8.38.** Apresentar Manual de Procedimentos da Lavanderia, no ato da assinatura do contrato, contendo todas as rotinas operacionais identificadas abaixo:

- 8.38.1.** Fluxograma da roupa na lavanderia;
- 8.38.2.** Tempo aplicado no processamento das roupas;
- 8.38.3.** Descrição das rotinas de limpeza da lavanderia, bem como a frequência com que ocorrerá o evento;
- 8.38.4.** Descrição dos equipamentos utilizados para circulação das roupas nas dependências das unidades;
- 8.38.5.** Descrição e passo a passo dos processos de lavagem, para cada tipo de roupa e grau de sujidade; e
- 8.38.6.** Tratamento e destinação dos resíduos sólidos do processo de lavagem.
- 8.39.** Apresentar semestralmente laudo com os resultados dos:
- 8.39.1.** Testes bacteriológicos e PH da água de abastecimento da lavanderia e;
- 8.39.2.** Testes de PH de produtos.
- 8.40.** Manter registro da caldeira, caso o serviço possua, conforme preconiza a NR 13 do Ministério do Trabalho e Emprego, que compõe a Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, e suas alterações.
- 8.41.** Manter registro e aprovação nos órgãos competentes (meio ambiente, defesa civil, prefeitura, entre outros).
- 8.42.** Manter alvará sanitário e licença de funcionamento da Unidade de Processamento de Roupas do Licitante, emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pela Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e pela Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. O documento deverá explicitar o tipo de serviço atendido e a origem das roupas a serem processadas como “serviços de saúde”.
- 8.43.** Observar o disposto na Resolução RDC nº 647, de 25 de março de 2022, da ANVISA.
- 8.44.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.45.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.46.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 8.47.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 8.48.** Observar, conforme o caso, as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 8.48.1.** Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na

Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

8.48.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

8.49. Executar os serviços conforme especificações, requisitos e prerrogativas contidas no Termo de Referência e em sua proposta encaminhada, instrumentos vinculantes, com o fornecimento dos equipamentos, utensílios e etc., necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta.

8.50. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando, formalmente por meio de documento escrito, à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

8.51. Comunicar à equipe de fiscalização do contrato, por escrito, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, quaisquer alterações havidas no contrato social, exemplo: alteração nos sócios, mudança de endereço e etc. durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.

8.52. Informar em tempo hábil, por escrito, quaisquer motivos que se consubstanciem eventuais atrasos, paralisações ou fatos impeditivos que venham impossibilitar a assunção da execução dos serviços, conforme contratualmente pactuado, apresentando as devidas justificativas a serem apreciadas pela Contratante.

8.53. Apresentar comprovação periódica do pagamento de salários, FGTS, INSS e demais encargos dos empregados vinculados indicados para o serviço.

8.54. Executar todos os serviços com equipe qualificada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas dos vários órgãos normatizadores (Federais, Estaduais e Municipais), regulamentadores e fiscalizadores correspondentes às demandas descritas no Termo de Referência.

8.55. Indicar e manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do Contrato.

8.56. Apresentar, quando solicitado, a relação nominal dos empregados que terão acesso à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE para a execução dos serviços, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá.

8.57. Responder e corrigir prontamente todos os problemas, vícios, falhas e defeitos percebidos na execução dos serviços, bem como refazer ou adequar quaisquer serviços impugnados pela Contratante, sem qualquer ônus adicional.

8.58. Responsabilizar-se pela eventual destruição ou dano, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva da mesma, bem como as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.

8.59. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos art. 81 da Lei nº 13.303/16.

8.60. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

8.61. Não dificultar, nem embaraçar a fiscalização exercida por parte da Contratante.

8.62. Arcar com as despesas decorrentes dos serviços a serem executados, correndo por sua conta a utilização de seus empregados, ferramentas, instrumentos e materiais de consumo necessários à execução dos mesmos.

8.63. Permitir a equipe de fiscalização do contrato, monitorar e fiscalizar os serviços, objeto do Contrato, que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, podendo o mesmo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros.

8.64. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

8.65. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante.

8.66. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.67. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.68. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante, independentemente de culpa ou de dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante.

9. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

9.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

9.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

9.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

9.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

9.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

9.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

9.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

9.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

9.1.8. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

9.1.9. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

9.1.10. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

9.1.11. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

9.1.12. Quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO por Item**.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será fornecimento e prestação de serviço associado.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.19. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

10.20. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

10.21. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

10.21.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.21.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, pelo período de 12 (doze) meses;

10.21.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, pelo período de 12 (doze) meses;

10.21.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.21.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.21.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

10.22. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do ANEXO II deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

10.22.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

10.22.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

10.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

10.25.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.25.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.26. A empresa participante do certame deverá apresentar declaração se comprometendo de que estará instalada nas dependências do Hospital Municipal Pedro I com sua linha de produção, em 15 (quinze) dias contados a partir da data de assinatura do Contrato.

10.27. A licitante deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias úteis após assinatura do contrato, **Licença sanitária de funcionamento** da unidade de processamento de roupas hospitalares, emitida pelo órgão de vigilância sanitária municipal competente, conforme exigido pela Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Qualificação Técnico-Operacional

10.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.29. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.29.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

10.30. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

10.31. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.32. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.33. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.35. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.36. As exigências relativas à **Qualificação Técnica** justificam-se pela necessidade de comprovação de que a licitante possui **capacidade técnica, operacional e experiência compatível** com a execução de **serviços de lavanderia hospitalar**, atividade diretamente vinculada à **segurança sanitária, ao controle de infecções e à continuidade da assistência em saúde**, nos termos dos princípios da **eficiência, segurança e interesse público**, previstos na **Lei nº 14.133/2021**. Tais exigências visam assegurar que a empresa detenha estrutura adequada, processos técnicos compatíveis e histórico comprovado de execução satisfatória de serviços similares, reduzindo riscos de falhas operacionais que possam comprometer o funcionamento das unidades hospitalares.

10.37. As exigências de **Qualificação Econômico-Financeira** justificam-se pelas as seguintes pela necessidades de verificações:

10.37.1. A natureza contínua, essencial e elevada operacionalização dos serviços de lavanderia hospitalar, os quais envolvem processamento de enxoval hospitalar em todas as suas etapas, incluindo coleta, transporte, pesagem, separação, lavagem, desinfecção, secagem, passadoria, reparo, dobra, embalagem, distribuição e controle de qualidade, bem como o fornecimento de enxoval em regime de comodato.

10.37.2. A execução contratual demanda estrutura operacional permanente, disponibilidade imediata de capital de giro e capacidade financeira compatível com os elevados custos fixos e variáveis inerentes à atividade, especialmente aqueles relacionados à manutenção de parque tecnológico especializado, aquisição contínua de insumos químicos hospitalares, consumo intensivo de água, energia e combustíveis, reposição imediata do enxoval disponibilizado em comodato, logística diária de coleta e entrega, além da manutenção de equipe técnica especializada para atendimento ininterrupto das unidades de saúde.

10.37.3. A adoção dos percentuais estabelecidos para patrimônio líquido mínimo e capital circulante líquido visa mitigar riscos concretos da contratação, tais como interrupção dos serviços, desabastecimento de enxoval hospitalar, comprometimento dos protocolos de controle de infecção hospitalar, inadimplemento trabalhista e incapacidade de reposição imediata dos enxovais danificados ou inutilizados, situações que podem ocasionar prejuízos diretos à continuidade dos serviços assistenciais de saúde prestados pela Administração Pública.

10.37.4. Considera-se, ainda, que o setor de lavanderia hospitalar exige elevada capacidade operacional e financeira das empresas contratadas, especialmente em contratos de grande vulto e execução continuada, sendo indispensável que a futura contratada possua solidez econômico-financeira suficiente para suportar, simultaneamente, os custos iniciais da operação, a manutenção regular dos serviços e eventuais oscilações de demanda durante toda a vigência contratual.

10.37.5. Dessa forma, as exigências econômico-financeiras estabelecidas mostram-se proporcionais, necessárias e compatíveis com os riscos específicos da contratação, em conformidade com o artigo 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, observando-se ainda o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, sem prejuízo da competitividade do certame

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é **de R\$ 9.003.052,80 (nove milhões, três mil, e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no subitem 1.2 deste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria de Saúde.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: SECRETARIA DE SAÚDE;
- II) Fonte de Recursos: 16000000;
- III) Programa de Trabalho: 10 302 1002 2027
- IV) Elemento de Despesa: 3390.39;

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CONSIDERAÇÕES GERAIS

13.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.1.1. APÊNDICE I – LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES HOSPITALARES;

13.1.2. APÊNDICE II – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS;

13.1.3. APÊNDICE III - ESPECIFICAÇÕES DO ENXOVAL E ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS PARA PROCESSAMENTO;

13.1.4. APÊNDICE IV - EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATANTE;

13.1.5. APÊNDICE V - EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DA LAVANDERIA HOSPITALAR;

13.1.6. APÊNDICE VI - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR);

13.1.7. APÊNDICE VII – GERENCIAMENTO DE RISCO.

Campina Grande - PB, data da assinatura eletrônica

THAIS ANDRÉ LOPES

Diretoria da Rede de Urgência e Emergência

APÊNDICE I – LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES HOSPITALARES

APÊNDICE I

LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES HOSPITALARES.

HOSPITAL PEDRO I

Rua Dom Pedro I, 605 - São José, Campina Grande - PB, 58400-414

HOSPITAL DR EDGLEY

Rua Dom Bosco, 1 - José Pinheiro, Campina Grande - PB, 58407-425

Hospital da Criança e do Adolescente (HCA)

Av. Mal. Floriano Peixoto, 992 - Centenário, Campina Grande - PB, 58400-165

Instituto de Saúde Elpídio de Almeida (ISEA)

Rua Vila Nova da Rainha, 147 - Centro, Campina Grande - PB, 58400-220

UPA Dr. Adhemar Dantas (Dinamérica)

Avenida Dinamérica Alves Correia, 1226 - Santa Cruz, Campina Grande - PB, 58416-680

UPA Dr. Raimundo Maia (Alto Branco)

Avenida Manoel Tavares, 0 - Alto Branco, Campina Grande - PB, 58402-548

APÊNDICE II – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

APÊNDICE II DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Órgão/Empresa	Nº/Ano do contrato	Data de assinatura	Valor total do contrato
Valor Total dos Contratos			

Local e data

ASSINATURA

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} > 1$$

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

$$\frac{(\text{Valor da receita bruta} - \text{Valor total dos contratos})}{\text{Valor da receita bruta}} \times 100 =$$

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), a licitante deverá apresentar as devidas justificativas.

JUSTIFICATIVA PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10%

Observações:

Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante;
A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.

APÊNDICE III – ESPECIFICAÇÕES DO ENXOVAL E ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS PARA PROCESSAMENTO

APÊNDICE III
ESPECIFICAÇÕES DO ENXOVAL E ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS PARA PROCESSAMENTO

ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	TAMANHO	Nº DE PEÇAS PARA 24 HORAS	TOTAL DE MUDAS	TOTAL DE PEÇAS
01	CONJUNTO PRIVATIVO (UTI'S E ALA)	Conjunto roupa privativa - Tecido padronagem sarja 2/1 leve, 67% poliéster e 33% algodão para uniforme hospitalar (calça e camisa VERDE CLARO). As camisas com gola tipo canoa, manga japonesa, com dois bolsos na parte inferior. As calças serão confeccionadas com cadarço na cintura para amarração e dois bolsos sendo que na lateral, com logomarcas do Secretaria Municipal de Saúde. Resistente à lavagem industrial e hospitalar. Tamanhos P, M, G e GG	Pequeno	50	5	250
			Médio	50	5	250
			Grande	40	5	200
			GG	30	5	150
02	CONJUNTO PRIVATIVO (CENTRO CIRÚRGICO, CME, CAESE E UDI)	Conjunto roupa privativa - Tecido padronagem sarja 2/1 leve, 67% poliéster e 33% algodão para uniforme hospitalar (calça e camisa AZUL CELESTE). As camisas com gola tipo canoa, manga japonesa, com dois bolsos na parte inferior. As calças serão confeccionadas com cadarço na cintura para amarração e dois bolsos sendo que na lateral, com logomarcas do Secretaria Municipal de Saúde Resistente à lavagem industrial e hospitalar. Tamanhos P, M, G e GG	Pequeno	40	5	200
			Médio	50	5	250
			Grande	60	5	300
			GG	30	5	150
03	BATA PARA PACIENTE ADULTO	Bata Aberta Adulto: unissex AZUL CLARO , manga raglaã, fechamento: modelo envelope, transpassado frontal. Tecido 100% algodão (CO) penteado, padronagem tela, pré-encolhido, motivo anarruga, cor azul claro, gramatura 150g/m2, 120 fios/pol; variação	Único	300	5	1500

		dimensional superior ou igual 5%, solidez à cor entre 4-5, solidez ao hipoclorito entre 4-5, resistência à tração (daN/cm2) 5. Acabamento bainha simples com logomarcas do Secretaria Municipal de Saúde. Resistente à lavagem industrial e hospitalar. Tamanho Único (do P ao G).				
04	BATA PARA PACIENTE ADULTO	Bata Aberta Adulto: unissex AZUL CLARO , manga raglaã, fechamento: modelo envelope, transpassado frontal, . Tecido 100% algodão (CO) penteado, padronagem tela, pré-encolhido, motivo anarruga, cor azul claro, gramatura 150g/m2, 120 fios/pol; variação dimensional superior ou igual 5%, solidez à cor entre 4-5, solidez ao hipoclorito entre 4-5, resistência à tração (daN/cm2) 5. Acabamento bainha simples com logomarcas do Secretaria Municipal de Saúde. Resistente à lavagem industrial e hospitalar. TAMANHO EXTRA GRANDE	Extra G	150	5	750
05	COBERTOR ADULTO/MANTA	Cobertor Adulto/MANTA DE CASAL: Composto 100% poliéster microfibra macia, padrão liso na COR BEGE , costurado nos 4 lados com costura dupla e, linha da mesma cor da manta, gramatura mínima de 250/m². Medidas mínimas: 2,20M de largura X 1,80M de comprimento, com variação para mais.	Único	500	5	2500
06	COBERTOR INFANTIL/MANTA	Cobertor infantil/MANTA: Composto 100% poliéster microfibra macia, padrão liso na COR BEGE , costurado nos 4 lados com costura dupla e, linha da mesma cor da manta, gramatura mínima de 250/m². Medidas mínimas: 1,50M de largura X 1,00M de comprimento, com variação para mais.	Único	300	5	1500

07	AVENTAL CIRÚRGICO	Capote cirúrgico - Confeccionado em tecido AZUL CELESTE , 100% algodão, pré-lavado, padrão tela, gramatura mínima 160g/m ² , urdume e trama 23, variação dimensional entre 3 e 5 %, resistente à tração urdume 8 e trama 7. Gola careca, frente 82 cm de largura, manga longa 68 cm de comprimento, com punho em malha branca 10 cm por 07 cm dobrada, cava com 35 cm, costas com 50 cm de largura no lado esquerdo e 70 cm de largura no lado direito, 1,32 m de comprimento, com 6 tiras formando 3 pares de amarrações, uma na gola e duas na altura da cintura, sendo uma interna e outra externa transpassada. Tamanhos das tiras: gola e cintura interna - 30 cm de comprimento por 1 cm de largura e cintura externa 80 cm de comprimento por 3 cm de largura, tamanho G. Confecção com acabamento de primeira qualidade, resistente ao processo de lavagem hospitalar.	Único	100	5	500
08	CAMPO CIRÚRGICO SIMPLES I	Campo simples 1.00 m x 1.00 m (± 2 cm) - Confeccionado em tecido AZUL CELESTE 100% algodão, pré-lavado, sarja 2/1, gramatura 179 – 230, número de fios 40 de urdume, 17 de trama, variação dimensional em torno de 3% de urdume e 2,5% de trama, solidez à lavagem e ao hipoclorito com alteração e transferência em torno de 4 – 5 e resistência à tração 15 de urdume e 9 de trama, cor uniforme, sem manchas. Confecção com acabamento de costura batida e embutida (ABNT 14027), de primeira qualidade (sem pontas, dobras, franzidos, torções, pontos	100X100	60	5	300

		falhados, rompidos ou saltados); resistente ao processo de lavagem hospitalar. Campo em folha única de tecido, embainhada por costura em todo o contorno.				
09	CAMPO CIRÚRGICO SIMPLES II	Campo simples 1.20 m x 1.20 m (\pm 2 cm) - Confeccionado em tecido AZUL CELESTE 100% algodão, pré-lavado, sarja 2/1, gramatura 179 – 230, número de fios 40 de urdume, 17 de trama, variação dimensional em torno de 3% de urdume e 2,5% de trama, solidez à lavagem e ao hipoclorito com alteração e transferência em torno de 4 – 5 e resistência à tração 15 de urdume e 9 de trama, cor uniforme, sem manchas. Confeção com acabamento de costura batida e embutida (ABNT 14027), de primeira qualidade (sem pontas, dobras, franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados); resistente ao processo de lavagem hospitalar. Campo em folha única de tecido, embainhada por costura em todo o contorno.	120X120	95	5	475
10	CAMPO CIRÚRGICO SIMPLES III	Campo simples 1.80 m x 1.55 m (\pm 2%) - Confeccionado em tecido AZUL CELESTE 100% algodão, pré-lavado sarja 2/1, gramatura 179 – 230, número de fios 40 de urdume, 17 de trama, variação dimensional em torno de 3% de urdume e 2,5% de trama, solidez à lavagem e ao hipoclorito com alteração e transferência em torno de 4 – 5 e resistência à tração 15 de urdume e 9 de trama, cor uniforme, sem manchas. Confeção com acabamento de costura batida e embutida (ABNT 14027), de primeira qualidade (sem pontas, dobras,	180X155	90	5	450

		franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados); resistente ao processo de lavagem hospitalar. Campo em folha única de tecido, embainhada por costura em todo o contorno.				
11	CAMPO CIRÚRGICO SIMPLES IV	Campo simples 2.20 m x 1.60 m (\pm 2%) - Confeccionado em tecido AZUL CELESTE 100% algodão, pré-lavado sarja 2/1, gramatura 179 – 230, número de fios 40 de urdume, 17 de trama, variação dimensional em torno de 3% de urdume e 2,5% de trama, solidez à lavagem e ao hipoclorito com alteração e transferência em torno de 4 – 5 e resistência à tração 15 de urdume e 9 de trama, cor uniforme, sem manchas. Confeção com acabamento de primeira qualidade (sem pontas, dobras, franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados); resistente ao processo de lavagem hospitalar. Campo em folha única de tecido, embainhada por costura em todo o contorno.	220X160	90	5	450
12	CAMPO CIRÚRGICO FENESTRAD O	CAMPOS CIRÚRGICOS FENESTRADOS SIMPLES - Campo 0.75 m x 0.75 m (\pm 1,5 cm) com fenestra central redonda de 10 cm de diâmetro Confeccionado em tecido AZUL CELESTE 100% algodão, sarja 2/1, gramatura 179 – 230, número de fios 40 de urdume, 17 de trama, variação dimensional em torno de 3% de urdume e 2,5% de trama, solidez à lavagem e ao hipoclorito com alteração e transferência em torno de 4 – 5 e resistência à tração 15 de urdume e 9 de trama, cor uniforme, sem manchas. Confeção com acabamento de costura batida e embutida (ABNT 14027), de	75X75	90	5	450

		primeira qualidade (sem pontas, dobras, franzidos, torções, pontos falha dos, rompidos ou saltados) nas bordas interna e externa. Resistente ao processo de lavagem hospitalar. Campo em folha única de tecido, embainhada por costura em todo o contorno e borda interna (fenestra).				
13	CAMPOS CIRÚRGICOS DUPLOS – PARA COBERTURA	Campo duplo 0.75 m x 0.75 m (± 1,5 cm) - Confeccionado em tecido AZUL CELESTE 100% algodão, pré-lavado sarja 2/1, gramatura 179 – 230, número de fios 40 de urdume, 17 de trama, variação dimensional em torno de 3% de urdume e 2,5% de trama, solidez à lavagem e ao hipoclorito com alteração e transferência em torno de 4 – 5 e resistência tração 15 de urdume e 9 de trama, cor uniforme, sem manchas. Confeção com acabamento de primeira qualidade conforme definido pela ABNT 14027 (sem pontas, dobras, franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados). Resistente ao processo de lavagem hospitalar. Campo em duas folhas de tecido, embainhadas por costura em todo o contorno e pesponto de bordas..	75X75	40	5	200
14	CAMPO DUPLO I	Campo duplo 1.20 m x 1.20 m (± 2,4 cm) - Confeccionado em tecido AZUL CELESTE 100% algodão, pré-lavado sarja 2/1, gramatura 179 – 230, número de fios 40 de urdume, 17 de trama, variação dimensional em torno de 3% de urdume e 2,5% de trama, solidez à lavagem e ao hipoclorito com alteração e transferência em torno de 4 – 5 e resistência à tração 15 de urdume e 9 de trama, cor	120x120	55	5	275

		uniforme, sem manchas. Confeção com acabamento de primeira qualidade conforme definido pela ABNT 14027 (sem pontas, dobras, franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados). Resistente ao processo de lavagem hospitalar. Campo em duas folhas de tecido, embainhadas por costura em todo o contorno e pesponto de bordas.				
15	CAMPO DUPLO II	Campo duplo 1.55 m x 1.55 m (± 3,0 cm): Confeccionado em tecido AZUL CELESTE 100% algodão, pré-lavado sarja 2/1, gramatura 179 – 230, número de fios 40 de urdume, 17 de trama, variação dimensional em torno de 3% de urdume e 2,5% de trama, solidez à lavagem e ao hipoclorito com alteração e transferência em torno de 4 – 5 e resistência à tração 15 de urdume e 9 de trama, cor uniforme, sem manchas. Confeção com acabamento de primeira qualidade conforme definido pela ABNT 14027 (sem pontas, dobras, franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados). Resistente ao processo de lavagem hospitalar. Campo em duas folhas de tecido, embainhadas por costura em todo o contorno e pesponto de bordas.	155x155	55	5	275
16	FRONHA DE MAYO	Fronha de Mayo 1.30 m x 0.60 m (±2%) - Confeccionada em tecido pré-lavado, AZUL CELESTE 100% algodão, sarja 2/1, gramatura 179 – 230, número de fios 40 urdume 17 trama, variação dimensional em torno de 3% de urdume e 2,5% de trama, solidez à lavagem e ao hipoclorito com alteração e transferência em	130X60	600	5	3000

		torno de 4 – 5 e resistência à tração 15 urdume e 9 trama, cor uniforme, sem manchas. Confecção com acabamento de costura batida e embutida (ABNT 14027), de primeira qualidade (sem pontas, dobras, franzidos, torções, pontos falhados, rompidos ou saltados); resistente ao processo de lavagem hospitalar. Item em folha única de tecido, embainhada por costura em todo o contorno.				
17	LENÇOL PARA PACIENTE ADULTO	Lençol adulto na cor BRANCA , tingimento firme branco óptico, medindo após encolhimento comprimento 2,70 m X largura 1.70 m, confeccionado em tecido plano composto de 100% algodão, ligamento em telas, com 180 fios por polegada quadrada, gramatura de 150 g/m². A trama deve ser fechada, justa e não transparente, confortável ao contato, com barras nos 4 lados (acabamento bainha simples mínimo de 1 cm), solidez a cor entre 4 -5, solidez ao hipoclorito entre 4 -5, resistência a tração (da N/cm²) 5. Confecção e apresentação de 1ª qualidade, com logomarcas do Secretaria Municipal de Saúde aplicadas ao tecido, não desbotável após a lavagem, resistente a lavagem industrial e hospitalar. Apresentação em embalagem plástica e transparente, trazendo os dados de identificação e procedência.	Único	450	5	2.250
18	LENÇOL PARA PLANTONISTA	Lençol adulto na cor VERDE ÁGUA , tingimento firme óptico, medindo após encolhimento comprimento 2,70 m X largura 1.70 m, confeccionado em tecido plano composto de 100% algodão, ligamento em telas, com 180 fios por polegada	Único	140	5	700

		quadrada, gramatura de 150 g/m². A trama deve ser fechada, justa e não transparente, confortável ao contato, com barras nos 4 lados (acabamento bainha simples mínimo de 1 cm), solidez a cor entre 4 -5, solidez ao hipoclorito entre 4 -5, resistência a tração (da N/cm²) 5. Confeção e apresentação de 1ª qualidade, com logomarcas do Secretaria Municipal de Saúde aplicadas ao tecido, não desbotável após a lavagem, resistente a lavagem industrial e hospitalar. Apresentação em embalagem plástica e transparente, trazendo os dados de identificação e procedência.				
19	LENÇOL PARA MACA	Lençol adulto na cor BRANCA , tingimento firme branco óptico, medindo após encolhimento comprimento 2,00 m X largura 1.00 m, confeccionado em tecido plano composto de 100% algodão, ligamento em telas, com 180 fios por polegada quadrada, gramatura de 150 g/m². A trama deve ser fechada, justa e não transparente, confortável ao contato, com barras nos 4 lados (acabamento bainha simples mínimo de 1 cm), solidez a cor entre 4 -5, solidez ao hipoclorito entre 4 -5, resistência a tração (da N/cm²) 5. Confeção e apresentação de 1ª qualidade, com logomarcas do Hospital Universitário e da EBSEH aplicadas ao tecido, não desbotável após a lavagem, resistente a lavagem industrial e hospitalar. Apresentação em embalagem plástica e transparente, trazendo os dados de identificação e procedência.	Único	100	5	500

APÊNDICE IV – EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATANTE

APÊNDICE IV EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATANTE

1. EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATANTE.

1.1. A manutenção preventiva e corretiva de todos os maquinários utilizados na execução dos serviços, sejam aqueles disponibilizados pela CONTRATANTE, sejam os fornecidos pela CONTRATADA, será de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, incluindo mão de obra, peças, insumos e quaisquer outros custos necessários à plena operacionalidade dos equipamentos.

1.2. Os equipamentos disponibilizados pela contratante são:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT
1	LAVADORA INDUSTRIAL. LAVADORA COM CAPACIDADE PROCESSAMENTO 50K/CICLO DE LAVAGEM.	01
2	LAVADORA INDUSTRIAL. LAVADORA COM CAPACIDADE PROCESSAMENTO 70K/CICLO DE LAVAGEM.	01
3	CENTRÍFUGA INDUSTRIAL. CENTRIFUGA COM CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE 50 KG/ POR CICLO.	01
4	SECADORA INDUSTRIAL. SECADORA COM CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE 80 KG/ POR CICLO.	02
5	BALANÇA INDUSTRIAL, BALANÇA DIGITAL TIPO PLATAFORMA COM CAPACIDADE MÁXIMA DE 500KG.	01

DO SETOR DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE ENXOVAIS

1.3. Os equipamentos disponibilizados pela contratante são:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT
1	MAQUINAS DE COSTURA RETA LAMAX.	03
2	MAQUINA INTERLOK LAMAX.	01
3	MAQUINA GALONEIRA BRALOK.	01
4	TESOURA ELETRICA LAMAX.	01

1.4. Caso a empresa opte por utilizar os equipamentos já existentes no setor de confecção e manutenção de enxovais, contará com a estrutura necessária para o pleno funcionamento do serviço. Caso opte por não utilizar tais equipamentos, deverá realizar as atividades de confecção e manutenção nas dependências da CONTRATANTE, observando as seguintes normas:

1.4.1. Os enxovais que necessitarem de manutenção deverão, obrigatoriamente, ser previamente lavados e descontaminados no momento de sua saída e retorno à lavanderia hospitalar.

1.4.2. Os enxovais novos, deverão ser lavados e descontaminados no momento do recebimento, antes de sua utilização nos leitos dos hospitais relacionados no ANEXO I.

APÊNDICE V – EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DA LAVANDERIA HOSPITALAR

APÊNDICE V

EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DA LAVANDERIA HOSPITALAR

ITEM	DESCRIÇÃO TÉCNICA	QUANT	FINALIZADADE TÉCNICA
BALANÇA INDUSTRIAL	BALANÇA DIGITAL+ IMPRESSORA TÉRMICA DE ETIQUETAS, tipo plataforma de piso com rampa, capacidade mínima de 2kg e máxima de 500kg.	2	Realizar a pesagem e controle das quantidades dos enxovais processados.
CARROS COLETORES	Estrutura em inox ou polietileno resistente, com capacidade 500kg.	12	Utilizados para coleta e movimentação interna de roupas sujas.
GAIOLAS PARA ENXOVAL	Estrutura metálica com divisórias	10	Permite o transporte seguro e segregado de roupas limpas e sujas.
LAVADORA INDUSTRIAL	Tambor em inox, carga frontal, 50 kg, com programação automática	1	Realiza a lavagem do enxoval hospitalar em ciclos controlados.
LAVADORA INDUSTRIAL	Tambor em inox, carga frontal, 70 kg, com programação automática	1	Realiza a lavagem do enxoval hospitalar em ciclos controlados.
CENTRÍFUGA INDUSTRIAL	Alta rotação, 50 kg, tambor em aço inox	2	Remove a umidade após a lavagem, reduzindo o tempo de secagem.
SECADORA INDUSTRIAL	Controle de temperatura e tempo, 50 kg	2	Seca o enxoval higienizado com rapidez, mantendo a integridade dos tecidos.
CALANDRA INDUSTRIAL	Equipamento para passadoria de lençóis e cobertores	1	Garante o acabamento técnico de lençóis e peças planas, eliminando rugosidades e dobrando com padrão sanitário.

OBS.: Caso a empresa opte por utilizar os equipamentos já existentes na lavanderia do Hospital Pedro I, deverá complementar com os itens e quantitativos necessários, de modo a atender integralmente às especificações e quantidades estabelecidas na planilha constante deste anexo.

APÊNDICE VI – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

APÊNDICE VI

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. FINALIDADE DO IMR

O presente Instrumento de Medição de Resultados – IMR tem por finalidade estabelecer critérios objetivos para avaliação da qualidade, eficiência, regularidade e conformidade dos serviços de LAVANDERIA HOSPITALAR, servindo de base para o acompanhamento da execução contratual, validação dos serviços prestados e eventual aplicação de glosas, penalidades ou medidas corretivas.

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS SERVIÇOS

Compreende-se como serviços objeto deste IMR, de forma integrada, os serviços de **lavanderia hospitalar e hotelaria**, incluindo, entre outros:

- Coleta, retirada e transporte interno das roupas hospitalares sujas, diretamente nos setores assistenciais e de apoio;
- Separação, classificação e manuseio das roupas conforme grau de sujidade e risco biológico;
- Lavagem, desinfecção e processamento das roupas hospitalares;
- Secagem, passagem/dobra e acondicionamento adequado;
- Identificação, controle e rastreabilidade das peças;
- Distribuição interna das roupas limpas aos setores do Hospital Pedro I, conforme cronograma e demanda;
- Execução de atividades correlatas de **hotelaria hospitalar**, no que se refere à logística, organização, controle e abastecimento de enxovais;
- Observância integral às normas sanitárias, técnicas e de biossegurança aplicáveis.

3. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

A avaliação dos serviços será realizada mensalmente, com base nos indicadores abaixo:

3.1 Qualidade do Processamento

Indicador	Critério de Avaliação	Parâmetro	Forma de Verificação
Higienização adequada	Ausência de manchas, odores ou sujidades visíveis	≥ 98% de conformidade	Inspeção visual e amostral
Integridade das peças	Ausência de rasgos, danos ou extravios	≥ 99% de integridade	Conferência por amostragem

3.2 Conformidade Sanitária

Indicador	Critério de Avaliação	Parâmetro	Forma de Verificação
Atendimento às normas da ANVISA	Cumprimento integral das RDCs aplicáveis	100%	Check-list técnico e registros
Uso correto de EPIs	Utilização adequada pelos colaboradores	100%	Fiscalização in loco

4.3 Eficiência Operacional

Indicador	Critério de Avaliação	Parâmetro	Forma de Verificação
Cumprimento de prazos	Entrega das roupas conforme cronograma	≥ 95%	Controle de horários
Continuidade do serviço	Ausência de interrupções não justificadas	100%	Relatórios de ocorrência

3.4 Organização, Hotelaria e Logística Interna

Indicador	Critério de Avaliação	Parâmetro	Forma de Verificação
Identificação e rastreabilidade	Separação correta por setor/unidade	≥ 98%	Conferência operacional
Acondicionamento	Embalagem e armazenamento adequados	100%	Inspeção física
Retirada interna	Coleta das roupas sujas conforme rotina definida	≥ 95%	Check-list e registros do fiscal
Distribuição interna	Entrega das roupas limpas nos setores corretos e em tempo hábil	≥ 95%	Conferência por setor

4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Cada indicador será avaliado conforme os parâmetros estabelecidos, sendo atribuída pontuação específica, de modo a permitir avaliação objetiva do desempenho da contratada.

4.1 PLANILHA DE PONTUAÇÃO DOS RESULTADOS

A pontuação será apurada mensalmente, conforme a tabela abaixo, totalizando **100 (cem) pontos**:

4.1.1 Tabela de Pontuação

Dimensão Avaliada	Indicador	Pontuação Máxima	Critério de Pontuação
Qualidade do Processamento	Higienização adequada	20 pontos	Conforme: 20 / Parcial: 10 / Não Conforme: 0
Qualidade do Processamento	Integridade das peças	15 pontos	Conforme: 15 / Parcial: 8 / Não Conforme: 0
Conformidade Sanitária	Atendimento às normas sanitárias	15 pontos	Conforme: 15 / Parcial: 8 / Não Conforme: 0
Conformidade Sanitária	Uso correto de EPIs	10 pontos	Conforme: 10 / Parcial: 5 / Não Conforme: 0
Eficiência Operacional	Cumprimento de prazos	15 pontos	Conforme: 15 / Parcial: 8 / Não Conforme: 0
Hotelaria	Retirada/distribuição interna das roupas	10 pontos	Conforme: 10 / Parcial: 5 / Não Conforme: 0

Logística	Retirada /Distribuição externa das roupas	15 pontos	Conforme: 15 / Parcial: 8 / Não Conforme: 0
TOTAL		100 pontos	

4.2 CLASSIFICAÇÃO DO DESEMPENHO

Pontuação Obtida	Classificação
95 a 100 pontos	Desempenho Excelente
90 a 92 pontos	Desempenho Satisfatório
85 a 89 pontos	Desempenho Regular
Abaixo de 85 pontos	Desempenho Insatisfatório

5. CONSEQUÊNCIAS DA AVALIAÇÃO

5.1 A apuração dos resultados obtidos por meio deste IMR poderá ensejar a aplicação de ajustes financeiros, glosas e demais medidas administrativas cabíveis, observados os limites e procedimentos a seguir:

5.2 Ultrapassado o limite de 15 pontos, restará caracterizada **inexecução parcial do contrato**, o que implicará na abertura de processo administrativo específico para apuração de eventual descumprimento contratual, com observância do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.3 COMPROVAÇÃO DAS AVALIAÇÕES

A avaliação do cumprimento de cada obrigação constante dos módulos e indicadores deste IMR deverá ser devidamente comprovada por meio de documentos hábeis, tais como **Ordens de Serviço (OS), relatórios de fiscalização, registros fotográficos, e-mails, ofícios ou quaisquer outros documentos** que evidenciem o inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela contratada.

5.4 ANÁLISE DE JUSTIFICATIVAS

As justificativas apresentadas pela contratada para o não cumprimento das obrigações serão analisadas e deliberadas pela gestão e fiscalização do contrato, podendo ser aceitas ou rejeitadas mediante fundamentação técnica e administrativa.

5.5 FUNDAMENTAÇÃO DOS MÓDULOS E OBRIGAÇÕES

Os módulos, indicadores e obrigações constantes neste IMR foram definidos pela equipe de planejamento da contratação, com base na identificação das **atividades mais relevantes e críticas**, capazes de impactar diretamente a qualidade da prestação dos serviços e o atingimento dos resultados esperados pela Administração.

Ressalte-se que tais critérios foram estabelecidos de forma objetiva, proporcional e alinhada ao interesse público, servindo como parâmetro para a adequada gestão e fiscalização do contrato.

6. REGISTROS E EVIDÊNCIAS

Deverão ser mantidos, pela contratada, registros mínimos que comprovem a adequada execução dos serviços, incluindo:

- Planilhas de controle de processamento;
- Registros de higienização e desinfecção;
- Controle de EPIs;
- Relatórios de ocorrências e correções adotadas.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente IMR integra o contrato administrativo para fins de acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços de lavanderia hospitalar, podendo ser atualizado mediante justificativa técnica e formalização por termo aditivo ou apostilamento, quando cabível.

Fiscal do Contrato: _____

Data: // _____

Gestor do Contrato: _____

Data: // _____

APÊNDICE VII – GERENCIAMENTO DE RISCO

APÊNDICE VII

GERENCIAMENTO DE RISCO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 827/2025

INTRODUÇÃO

Em todo processo de contratação de serviço, existem riscos que afetam a formalização do contrato e outros relacionados à gestão e fiscalização do contrato ou Ata de Registro de Preço. Nesta fase inicial, é essencial desenvolver um mapa de riscos que abranja as etapas até a formalização do contrato. Para esclarecer, consideram-se Ações Preventivas as medidas a serem implementadas, com base no mapa de riscos, com o objetivo de evitar a ocorrência dos riscos. Além disso, Ações de Contingência referem-se às medidas necessárias para lidar com os danos causados pela concretização dos riscos previstos.

Crêterios adotados para a priorização dos dados¹

A partir das ações elencadas, foi efetuado um levantamento de riscos. Para cada risco identificado, analisou-se a probabilidade e impacto de ocorrência, aplicando-se uma escala com 5 níveis de classificação:

- 1 - muito baixo,
2 - baixo,
3 - médio,
4 - alto e
5 - muito alto.

Sendo que a Severidade é a multiplicação dos fatores probabilidade e impacto. Os critérios utilizados para realizar a classificação são apresentados nas tabelas 1 e 2:

Critérios de classificação dos riscos – Probabilidade:

Grau de Probabilidade	Definição
1. Muito baixo	<ul style="list-style-type: none"> • Chance muito rara de acontecer o evento; • São raros os casos práticos onde se percebe a ocorrência deste tipo de evento; • Estima-se em menor que 5% a chance deste evento de risco ocorrer
2. Baixo	<ul style="list-style-type: none"> • Esporadicamente observa-se a ocorrência deste tipo de evento; • Estima-se entre 5 e 30% a chance deste evento de risco ocorrer;
3. Médio	<ul style="list-style-type: none"> • É comum a ocorrência deste tipo de evento; • Estima-se entre 30 e 70% a chance deste evento de risco ocorrer.
4. Alto	<ul style="list-style-type: none"> • Grande probabilidade de acontecer o evento; • São bastantes frequentes os casos práticos onde se percebe a ocorrência deste tipo de evento; • Estima-se entre 70 e 90% a chance deste evento de risco ocorrer.
5. Muito Alto	<ul style="list-style-type: none"> • Probabilidade altíssima de acontecer o evento; • Estima-se em maior que 90% a chance deste evento de risco ocorrer

Critérios de classificação dos riscos – Impacto:

¹ <https://www.gov.br/agu/pt-br/aceso-a-informacao/DadosAbertos.pdf>

Grau de Impacto	Definição
1. Muito baixo	• Um evento que, se ocorrer, não produz efeito na operação
2. Baixo	• Um evento que, se ocorrer, pode causar apenas um pequeno aumento de custos ou atraso operacional. Os requerimentos podem ser cumpridos
3. Médio	• Um evento que, se ocorrer, pode causar impacto moderado em processo, mas funções importantes ainda assim são executadas.
4. Alto	• Um evento que, se ocorrer, pode causar grande impacto em um processo. Requerimentos secundários podem não ser atingidos.
5. Muito Alto	• Um evento que, se ocorrer, pode causar a falha total de um processo. Incapacidade de atingir um mínimo aceitável dos requerimentos.

Matriz de riscos

Matriz de risco			Probabilidade				
			1	2	3	4	5
			Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
Impacto	5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	4	Alto	4	8	12	16	20
	3	Médio	3	6	9	12	15
	2	Baixo	2	4	6	8	10
	1	Muito Baixo	1	2	3	4	5

Critério do grau de Severidade:

Severidade = Probabilidade x Impacto		
Severidade	1 a 4	Baixo
	5 a 10	Médio
	11 a 18	Alto
	19 a 25	Extremamente Alto

A matriz de riscos é uma ferramenta que permite aos gestores mensurar, avaliar e ordenar os eventos de riscos que podem afetar o alcance dos objetivos do processo da unidade e, consequentemente, os objetivos estratégicos da Prefeitura Municipal de Campina Grande, por intermédio da **SECRETARIA DE SAÚDE** em relação à licitação **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR, PARA PROCESSAMENTO DE ENXOVAL HOSPITALAR E TECIDOS EM GERAL EM TODAS AS SUAS ETAPAS, COM COMODATO DE ENXOVAL, SOB CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS ADEQUADAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS UNIDADES HOSPITALARES E UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS ANEXOS ASSISTENCIAIS, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**. A presente matriz apresenta as colunas Nível de Risco (impacto, probabilidade e risco), Tipo de Risco, Descrição do Risco, Grau de Severidade e ações (preventivas / contingências);

MAPA DE RISCOS

NÍVEL DE RISCO			TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA / CONTINGÊNCIA
G	P	RISCO				
4	1	2	PLANEJAMENTO	SELECIONAR EQUIPE INADEQUADA PARA O PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO	BAIXO	ESCOLHER EQUIPE COM CONHECIMENTOS TÉCNICOS; CAPACITAR OS SERVIDORES.
4	3	12	EXECUÇÃO	SELECIONAR FORNECEDOR INADEQUADO PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO	ALTO	ESTABELECEER AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA IMPRESCINDÍVEIS A EXECUÇÃO DO OBJETO
5	3	15	QUALIDADE	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EM DESACORDO COM AS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTE	ALTO	FISCALIZAÇÃO PERIÓDICA DO CUMPRIMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO E EXIGÊNCIA DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS DA ANVISA E DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA ATRAVÉS DE ALVARÁ
2	2	4	LEGAL	DESCUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS (AMBIENTAIS)	BAIXO	ESTABELECIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS CONFORME GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS / AGU
5	2	10	LEGAL	DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	MÉDIO	PREVER NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO CONTRATO A OBRIGAÇÃO DE COMPROVAÇÃO PERIÓDICA DO PAGAMENTO DE SALÁRIOS, FGTS, INSS E DEMAIS ENCARGOS DOS EMPREGADOS VINCULADOS INDICADOS PARA O SERVIÇO.
4	2	8	ASSISTENCIAL	INSUFICIÊNCIA DE ENXOVAL RESERVA EM SITUAÇÕES DE AUMENTO DA DEMANDA HOSPITALAR	MÉDIO	PREVISÃO DE ESTOQUE TÉCNICO DE SEGURANÇA E PLANO CONTINGENCIAL PARA AUMENTO DE DEMANDA
5	3	15	TÉCNICO	CONTAMINAÇÃO CRUZADA DE ROUPAS LIMPAS POR FALHA NA SEPARAÇÃO, TRANSPORTE OU PROCESSAMENTO DO ENXOVAL HOSPITALAR.	ALTO	MONITORAMENTO DOS PROCESSOS DE HIGIENIZAÇÃO, BEM COMO AUDITORIAS REGULAR NOS PROCESSOS OPERACIONAIS.
5	3	15	TÉCNICO	DESABASTECIMENTO DE ENXOVAL HIGIENIZADO NAS UNIDADES HOSPITALARES, COMPROMETENDO A ASSISTÊNCIA AO PACIENTE.	ALTO	CONTROLE DE ESTOQUE MÍNIMO DE SEGURANÇA, MONITORAMENTO DIÁRIO DE CONSUMO E REPOSIÇÃO E PENALIDADES CONTRATUAIS POR INTERRUPÇÃO DE FORNECIMENTO.
5	2	10	TÉCNICO	PROCESSAMENTO INADEQUADO DO ENXOVAL POR FALHA NOS PARÂMETROS DE LAVAGEM E DESINFECÇÃO	MÉDIO	EXIGÊNCIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA, DOSAGEM DE PRODUTOS, CICLOS DE LAVAGEM E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
4	3	12	LOGÍSTICO	PROBLEMAS LOGÍSTICOS NA DISTRIBUIÇÃO	ALTO	IMPLEMENTAR UMA FISCALIZAÇÃO RIGOROSA DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO; DEFINIÇÃO DE PENALIDADES POR ATRASO.
3	5	15	BIOSSEGURANÇA	MANUSEIO INADEQUADO DE ROUPAS CONTAMINADAS, EXPONDO PROFISSIONAIS E PACIENTES A RISCOS BIOLÓGICOS	ALTO	EXIGÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DA ANVISA, TREINAMENTO CONTÍNUO DAS EQUIPES E UTILIZAÇÃO DE EPIs
2	2	4	FINANCEIRO	FLUTUAÇÕES DE PREÇO DEVIDO A INSTABILIDADE ECONÔMICA	BAIXO	CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE REAJUSTE DE PREÇO; ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES ECONÔMICOS.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C118-5FF4-1F56-6295

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THAIS ANDRÉ LOPES DOS SANTOS (CPF 056.XXX.XXX-99) em 26/05/2026 12:48:55 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/C118-5FF4-1F56-6295>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.16.01/2026

***ANEXO II – PLANILHA DE
QUANTITATIVOS E PREÇOS***

ANEXO II - PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR DO HOSPITAL MUNICIPAL PEDRO I. COM OS DEVERES DE FAZER.</p> <p>COM OS DEVERES DE FAZER:</p> <p>LAVAR O ENXOVAL DAS UNIDADES DE SAÚDE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • HOSPITAL DR. EDGLEY • HOSPITAL ISEA • HOSPITAL PEDRO I • HOSPITAL DA CRIANÇA • UNIDADE MISTA DE GALANTE • UPA ALTO BRANCO • UPA DINAMÉRICA <p>• LAVAR O ENXOVAL COM DESINFECÇÃO, ALVEJAMENTO E AMACIAMENTO.</p> <p>• PASSAR E EMBALAR OS ENXOVAIS</p> <p>• REPOSIÇÃO DE ENXOVAL;</p> <p>• COLETAR, TRANSPORTAR E DEVOLVER OS ENXOVAIS;</p> <p>• A EMPRESA GANHADORA DEVERÁ REALIZAR O TRANSPORTE DOS ENXOVAIS EM CARRO TIPO CARGO, FURGÃO OU SEMILIAR COM MOTORISTAS (CONTENDO ESPECIFICAÇÕES NO CARRO DE TRANSPORTES, TAIS COMO, MATERIAL CONTAMINADO E MATERIAL ESTERILIZADO), CUJA, A MANUTENÇÃO, COMBUSTÍVEL E SEGURO SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA;</p> <p>• A EMPRESA CONTRATADA SERIA RESPONSÁVEL POR TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO DE LAVAGEM, INCLUINDO COLETA, TRANSPORTE, SEPARAÇÃO DA ROUPA SUJA, LAVAGEM, SECAGEM, EMBALAGEM, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO.</p>	KG	90.720	1.088.640	R\$ 8,27	R\$ 9.003.052,80

Campina Grande, data da assinatura eletrônica

DAVYSON ODILON DE MELO
APOIO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.16.01/2026

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.16.01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 827

SESSÃO PÚBLICA: ____/____/2026, ÀS ____h ____Min. (____) HORAS.

LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS: MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB.

Atenção: A planilha deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa participante do processo licitatório, bem como, conter carimbo e assinatura do responsável.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
INSC. EST.:					
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()					
ENDEREÇO:					
BAIRRO:			CIDADE:		
CEP:			E-MAIL:		
CONTATO TELEFÔNICO:					
BANCO:			CONTA BANCÁRIA:		
Nº DA AGÊNCIA:					
ITENS	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VLR UND	VLR TOTAL
				R\$	R\$
				R\$	R\$
TOTAL POR EXTENSO: R\$					

A EMPRESA (identificar a empresa) DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS CONTADOS A PARTIR DO ENVIO.

- 3 PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (**ANEXO I**) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO POSSUI COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE - PB, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.
- 5 QUE O PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE FORNECIMENTO OU DOCUMENTO SIMILAR, NAS DIRETORIAS DE LOGÍSTICA E ABASTECIMENTOS DAS SECRETARIAS REQUISITANTES, ONDE TODOS OS ITENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO POR NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DISCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA OU DE MÁ QUALIDADE.

Atenção: As empresas devem encaminhar suas propostas atentando-se para evitar a apresentação de cotações que contenham preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, conforme estabelecido na legislação em vigor. Além disso, é crucial que as propostas não ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes. É importante ressaltar que, sob pena de desclassificação, serão rejeitadas as propostas que não estejam em conformidade com essas diretrizes.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.16.01/2026

***ANEXO IV – MINUTO DE TERMO
DE CONTRATO***

MINUTA DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO
(Processo Administrativo nº 827/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPINA
GRANDE, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Av. Jornalista. Assis Chateaubriand, 1376 - Liberdade, Campina Grande - PB, CEP: 58105-420, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 4.751, de 18 de abril de 2023, Portaria de Penalidades SAD nº 254/2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUO DE LAVANDERIA HOSPITALAR, PARA PROCESSAMENTO DE ENXOVAL HOSPITALAR E TECIDOS EM GERAL EM TODAS AS SUAS ETAPAS, COM COMODATO DE ENXOVAL, SOB CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS ADEQUADAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS UNIDADES HOSPITALARES E UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS ANEXOS ASSISTENCIAIS, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 01 (um) ano, contado da assinatura do contrato, com a possibilidade de ser prorrogado sucessivamente, desde que observados os requisitos legais, até o limite máximo de 10 (dez) anos, que compreende o prazo inicial acrescido das eventuais prorrogações, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d)** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e)** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

- 7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

- 7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

- 7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

- 7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

- 7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de

obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)
- 7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.10. Cientificar o coordenação jurídica ou órgão municipal de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

- 9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.41.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.41.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.42. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos equipamentos, conforme descrito no termo de referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- DO REGIME DE COMODATO DOS EQUIPAMENTOS E DO ENXOVAL

10.1. Os equipamentos, mobiliários operacionais e enxoval fornecidos pela CONTRATADA para execução dos serviços serão disponibilizados em regime de comodato, caracterizado como empréstimo gratuito e vinculado exclusivamente à execução contratual, permanecendo, em regra, sob a propriedade da CONTRATADA. Excepcionalmente, quanto ao enxoval, observar-se-á o disposto no subitem 38 do Termo de Referência, no que se refere à sua incorporação ao patrimônio da Administração ao término contratual, não havendo, para os demais equipamentos e bens permanentes fornecidos em comodato, qualquer transferência de propriedade à Administração.

10.2. O regime de comodato possui natureza acessória ao objeto principal da contratação, sendo instrumento necessário à adequada execução dos serviços, não constituindo prestação autônoma nem implicando remuneração específica.

10.3. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da emissão da Ordem de Serviço, relação detalhada dos bens cedidos em comodato, contendo especificações técnicas, quantitativos, identificação patrimonial ou número de série quando existente, bem como registro do estado de conservação.

10.4. A relação dos bens disponibilizados em comodato integrará o contrato como Anexo de Inventário de Bens, podendo ser atualizada sempre que houver substituição ou complementação devidamente autorizada pela fiscalização contratual.

10.5. Os bens disponibilizados em regime de comodato deverão ser utilizados exclusivamente na execução do objeto contratual, sendo vedada sua utilização para finalidades diversas, bem como sua cessão, transferência, sublocação ou disponibilização a terceiros, além de não poderem ser removidos das dependências da contratante sem prévia autorização formal da fiscalização.

10.6. A manutenção preventiva e corretiva dos bens disponibilizados em comodato será de responsabilidade integral da contratada, incluindo todos os custos com peças, insumos, assistência técnica e mão de obra especializada, devendo eventuais falhas ser sanadas imediatamente, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

10.7. A contratada responderá integralmente pelos riscos relacionados aos bens disponibilizados em comodato, incluindo danos decorrentes de defeitos dos equipamentos, acidentes operacionais causados por falhas técnicas, bem como perdas resultantes de desgaste prematuro, inadequação técnica ou uso inadequado durante a execução contratual.

10.8. A fiscalização contratual poderá, a qualquer tempo, realizar inspeções nos bens disponibilizados em comodato, exigir substituições técnicas, determinar adequações operacionais necessárias e adotar medidas destinadas a assegurar a plena execução contratual.

10.9. Encerrada a vigência contratual, os bens disponibilizados em comodato deverão ser retirados pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, desde que tal retirada não comprometa a continuidade do serviço público, podendo a Administração estabelecer período de transição operacional.

10.10. Fica estabelecido que todos os custos relacionados aos bens disponibilizados em regime de comodato deverão estar incorporados ao valor global da prestação dos serviços, não sendo admitido pagamento específico, cobrança adicional ou qualquer forma de remuneração autônoma pela disponibilização, uso ou depreciação desses bens.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. Além das obrigações contidas no termo de referência, a contratada deverá atender as seguintes normas:

11.1.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.1.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.1.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.1.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.1.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.1.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.1.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.1.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.1.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.1.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.1.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.1.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.1.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

12.1.1. Nos termos dos artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual constitui faculdade da Administração, devendo ser avaliada à luz do risco envolvido, da natureza do objeto e da proporcionalidade da medida. No presente caso, a Administração opta, de forma motivada, por não exigir garantia da contratação, considerando os seguintes fundamentos técnicos, jurídicos e administrativos.

12.1.2. O objeto contratual refere-se à prestação de serviços contínuos de lavanderia hospitalar, atividade rotineira, amplamente ofertada no mercado, cujo risco de inadimplemento é mitigado pela

própria estrutura da contratação, caracterizada por pagamentos periódicos condicionados à efetiva prestação dos serviços e à aferição de desempenho por meio de Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

12.1.3. Ademais, a execução contratual será acompanhada de forma contínua pela Administração, com fiscalização permanente quanto à qualidade, regularidade e conformidade dos serviços prestados, o que reduz significativamente a necessidade de garantia adicional como mecanismo de mitigação de riscos. Eventuais falhas poderão ser prontamente identificadas e corrigidas, inclusive com a aplicação das sanções administrativas previstas em contrato e na legislação vigente.

12.1.4. Ressalta-se, ainda, que a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, especialmente em contratações de serviços contínuos, elevando custos indiretos que tendem a ser repassados ao preço final, em afronta aos princípios da economicidade, da competitividade e da eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.1.5. Por fim, destaca-se que o contrato não envolve desembolso antecipado relevante, investimentos iniciais significativos por parte da Administração ou riscos financeiros excepcionais que justifiquem a imposição de garantia contratual. Assim, à luz do princípio da proporcionalidade e da discricionariedade técnica conferida à Administração pelos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a não exigência de garantia da contratação mostra-se adequada, razoável e suficiente para resguardar o interesse público, sem prejuízo da segurança da execução contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. As sanções de que trata este Edital são aquelas descritas nos artigos 155 a 163, da LEI Nº. 14.133/2021, bem como na forma prevista na PORTARIA DE PENALIDADES SAD Nº 254/2024, a qual encontra-se acessível através do link [cdc.campinagran.de].

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato, inclusive mediante falhas na coleta, transporte, processamento, higienização, secagem, embalagem, armazenamento, distribuição ou reposição do enxoval hospitalar;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento das unidades hospitalares e de pronto atendimento, à continuidade dos serviços assistenciais, às condições de biossegurança ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato, especialmente mediante paralisação injustificada dos serviços de lavanderia hospitalar ou abandono da execução contratual;
- d)** ensejar o retardamento da execução dos serviços, da coleta ou da entrega do enxoval hospitalar, sem motivo justificado, comprometendo o abastecimento das unidades de saúde;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, inclusive quanto à regularidade trabalhista, previdenciária, fiscal, sanitária, ambiental ou operacional;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato, inclusive mediante adulteração de pesagem de roupas, falsificação de relatórios operacionais, utilização inadequada de produtos químicos ou descumprimento deliberado das rotinas sanitárias previstas no Termo de Referência;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, inclusive mediante descumprimento reiterado das normas da ANVISA, das obrigações trabalhistas, das regras de biossegurança ou das determinações da fiscalização contratual;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações, as seguintes sanções:

13.3.1.Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.3.2.Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.3.3.Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3.4.Multa:

13.3.4.1.Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.3.4.2.Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.3.4.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.3.5.Compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.7.1.A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.7.2.As peculiaridades do caso concreto;¹

13.7.3.As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.7.4.Os danos que dela provierem para o Contratante;

13.7.5.A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1.O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

14.9.1. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.10. N

a hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

14.11. O

contratante poderá ainda:

14.11.1. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

14.12. O

contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

15.1. Nos termos do art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, as partes estabelecem a presente matriz de alocação de riscos, com a finalidade de definir as responsabilidades pelos eventos supervenientes que possam impactar a execução do contrato, observados os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, equilíbrio econômico-financeiro e segurança sanitária.

15.2. Constituem riscos de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro do contrato:

15.2.1. falhas operacionais relacionadas à coleta, transporte, processamento, higienização, secagem, embalagem, armazenamento e distribuição do exoval hospitalar;

15.2.2. descumprimento de normas sanitárias, de biossegurança, ambientais ou trabalhistas aplicáveis à execução contratual;

15.2.3. danos, perdas, extravios, contaminações ou deteriorações do exoval ocorridos durante a posse, guarda, transporte ou processamento sob responsabilidade da CONTRATADA;

15.2.4. atrasos na coleta ou entrega do exoval hospitalar;

15.2.5. paralisação dos serviços decorrente de deficiência operacional, ausência de manutenção preventiva ou corretiva dos equipamentos, veículos ou instalações;

15.2.6. falhas no fornecimento, reposição ou manutenção do enxoval necessário à continuidade da prestação dos serviços;

15.2.7. custos decorrentes de reposição de empregados, absenteísmo, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, inclusive aqueles resultantes de dissídios coletivos previsíveis na data da apresentação da proposta;

15.2.8. acidentes de trabalho, danos causados a terceiros ou aos profissionais envolvidos na execução contratual;

15.2.9. inadequação, falha técnica ou insuficiência dos equipamentos disponibilizados em comodato pela CONTRATADA;

15.2.10. consumo inadequado ou desperdício de insumos, produtos químicos, materiais de limpeza, embalagens e demais itens necessários à execução do objeto;

15.2.11. falhas na higienização dos veículos de transporte, contaminação cruzada entre roupa limpa e roupa suja ou descumprimento dos protocolos da ANVISA;

15.2.12. prejuízos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência de empregados, prepostos ou terceirizados vinculados à CONTRATADA;

15.2.13. multas, autuações ou penalidades impostas pelos órgãos de fiscalização em razão de condutas imputáveis à CONTRATADA.

15.3. Constituem riscos de responsabilidade da CONTRATANTE:

15.3.1. atraso nos pagamentos devidos à CONTRATADA além dos prazos legais e contratuais;

15.3.2. alterações unilaterais promovidas pela Administração que impactem diretamente os custos da execução contratual;

15.3.3. determinação administrativa de paralisação ou suspensão contratual sem culpa da CONTRATADA;

15.3.4. fatos decorrentes de caso fortuito ou força maior que afetem diretamente a execução contratual e não possam ser evitados ou mitigados pela CONTRATADA;

15.3.5. aumento extraordinário e imprevisível de custos decorrentes de fatos supervenientes excepcionais, alheios à vontade das partes, aptos a justificar reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação aplicável;

15.4. A presente cláusula não afasta a responsabilidade objetiva da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços, nem exclui a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria de saúde deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

17.1.1. Gestão/Unidade:

17.1.2. Fonte de Recursos:

17.1.3. Programa de Trabalho:

17.1.4. Elemento de Despesa:

17.1.5. Plano Interno:

17.1.6. Nota de Empenho:

17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)

20.1. Fica eleito o Foro do Município de Campina Grande, Paraíba, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Campina Grande, data da assinatura eletrônica.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

MINUTA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DF97-72B2-D76E-8FDC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GUSTAVO HENRIQUE ALMEIDA PONTES BRAGA (CPF 000.XXX.XXX-97) em 02/06/2026 08:35:29
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/DF97-72B2-D76E-8FDC>